PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 32/2000

de 12 de Julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

É ratificada a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada no Porto em 20 de Setembro de 1999, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 62/2000, em 27 de Abril de 2000.

Assinado em 28 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

Decreto do Presidente da República n.º 33/2000

de 12 de Julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 135.º, alínea *b*), da Constituição, o seguinte:

São ratificados a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal e respectivo Protocolo, assinados na Praia em 22 de Março de 1999, aprovados, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000, em 27 de Abril de 2000.

Assinado em 28 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 30 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 62/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada no Porto em 20 de Setembro de 1999.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada no Porto em 20 de Setembro de 1999, cujas versões autênticas nas línguas portuguesa, neerlandesa e inglesa seguem em anexo.

Aprovada em 27 de Abril de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos.*

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E O REINO DOS PAÍSES BAIXOS PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E O CAPITAL.

A República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos, desejando concluir entre ambos os Estados uma convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital, acordaram no seguinte:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento e sobre o capital exigidos por cada um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas ou suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento e sobre o capital todos os impostos incidentes sobre o rendimento total, sobre a totalidade do capital ou sobre parcelas do rendimento ou do capital, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, os impostos sobre o montante global dos vencimentos e salários pagos pelas empresas, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais a que esta Convenção se aplica são, nomeadamente:

a) Em Portugal:

i) O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);

ii) O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC); e

iii) A derrama sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas;

(a seguir referidos pela designação de «imposto português»);

b) Nos Países Baixos:

i) O imposto sobre o rendimento (de inkomstenbelasting);

ii) O imposto sobre os salários (de loonbelasting);
iii) O imposto sobre as sociedades (de vennootschapsbelasting), incluindo a participação do Governo nos lucros líquidos da exploração de recursos naturais, nos termos da Lei de Exploração Mineira de 1810 (Mijnwet 1810) relativamente às concessões aprovadas desde 1967, ou nos termos da Lei de Exploração Mineira da Plataforma Continentaal dos Países Baixos de 1965 (Mijnwet Continentaal Plat 1965);
iv) O imposto sobre os dividendos (de dividendbelasting); e
v) O imposto sobre o património (de vermogensbelasting);

(a seguir referidos pela designação de «imposto dos Países Baixos»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

a) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam Portugal ou os Países Baixos, consoante resulte do contexto;
b) O termo «Portugal» designa o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, quaisquer outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e com o direito internacional, a República Portuguesa tem jurisdição ou direitos de soberania relativos à prospecção e à exploração dos recursos naturais do leito do mar e do subsolo do mar e das águas sobrejacentes;
c) O termo «Países Baixos» designa o território do Reino dos Países Baixos situado na Europa, incluindo o respectivo mar territorial e qualquer área para além do mar territorial onde, em conformidade com o direito internacional, os Países Baixos exercem jurisdição ou direitos soberanos relativos ao leito do mar, seu subsolo e águas sobrejacentes e respectivos recursos naturais;
d) O termo «imposto» designa o imposto português ou o imposto dos Países Baixos, consoante resulte do contexto;
e) O termo «pessoa» compreende uma pessoa singular, uma sociedade ou qualquer outro agrupamento de pessoas;
f) O termo «sociedade» significa qualquer pessoa colectiva ou qualquer entidade que é tratada como pessoa colectiva para fins tributários;
g) As expressões «empresa de um Estado Contratante» e «empresa do outro Estado Contratante» significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;
h) A expressão «tráfego internacional» significa qualquer transporte efectuado por um navio ou aeronave explorados por uma empresa cuja direcção efectiva esteja situada num Estado Contratante, excepto se o navio ou a aeronave for explorado somente entre lugares situados no outro Estado Contratante;
i) A expressão «autoridade competente» significa:

i) No caso de Portugal: o Ministro das Finanças, o director-geral dos Impostos ou o seu representante autorizado;
ii) No caso dos Países Baixos: o Ministro das Finanças ou o seu representante devidamente autorizado;

j) O termo «nacional» designa:

i) Toda a pessoa singular que tenha a nacionalidade de um Estado Contratante;
ii) Toda a pessoa colectiva, sociedade de pessoas ou associação constituída de harmonia com a legislação em vigor num Estado Contratante.

2 — No que se refere à aplicação da Convenção por um Estado Contratante, em qualquer momento, qualquer expressão não definida de outro modo terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que lhe for atribuído nesse momento pela legislação desse Estado relativa aos impostos a que a Convenção se aplica, prevalecendo a interpretação decorrente da referida legislação fiscal sobre a que resulte das outras leis desse Estado.

Artigo 4.º

Residente

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «residente de um Estado Contratante» significa qualquer pessoa que, por virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto devido ao seu domicílio, à sua residência, ao local de direcção ou a qualquer outro critério de natureza similar, e aplica-se igualmente a esse Estado e, bem assim, às suas subdivisões políticas ou administrativas ou autarquias locais. Todavia, esta expressão não compreende as pessoas que só estão sujeitas a imposto nesse Estado relativamente ao rendimento de fontes localizadas nesse Estado, ou a capital aí situado.

2 — Quando, por virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida como se segue:

a) Será considerada residente apenas do Estado em que tenha uma habitação permanente à sua

disposição. Se tiver uma habitação permanente à sua disposição em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual sejam mais estreitas as suas relações pessoais e económicas (centro de interesses vitais);

b) Se o Estado em que tem o centro de interesses vitais não puder ser determinado ou se não tiver uma habitação permanente à sua disposição em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permanece habitualmente;

c) Se permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;

d) Se for nacional de ambos os Estados ou não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão o caso de comum acordo.

3 — Quando, em virtude do disposto no n.º 1, uma pessoa que não seja uma pessoa singular for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua direcção efectiva.

Artigo 5.º

Estabelecimento estável

1 — Para efeitos desta Convenção, a expressão «estabelecimento estável» significa uma instalação fixa através da qual a empresa exerça toda ou parte da sua actividade.

2 — A expressão «estabelecimento estável» compreende, nomeadamente:

a) Um local de direcção;
b) Uma sucursal;
c) Um escritório;
d) Uma fábrica;
e) Uma oficina; e
f) Uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extracção de recursos naturais, incluindo uma instalação fixa ou uma estrutura fixa afecta à prospecção ou exploração de recursos naturais.

3 — A expressão «estabelecimento estável» compreende igualmente:

a) Um estaleiro de construção, um projecto de construção ou de montagem, ou quaisquer actividades conexas de supervisão, sempre que a duração do referido estaleiro, projecto ou actividade exceder seis meses;

b) A prestação de serviços, incluindo serviços de consultoria, por uma empresa através de empregados ou de outro pessoal, sempre que as actividades dessa natureza prossigam (em relação ao mesmo projecto ou a um projecto conexo) dentro do país durante um período ou períodos que totalizem mais de 6 meses em qualquer período de 12 meses.

4 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, a expressão «estabelecimento estável» não compreende:

a) As instalações utilizadas unicamente para armazenar, expor ou entregar bens ou mercadorias pertencentes à empresa;

b) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para os armazenar, expor ou entregar;

c) Um depósito de bens ou de mercadorias pertencentes à empresa, mantido unicamente para serem transformadas por outra empresa;

d) Uma instalação fixa mantida unicamente para comprar bens ou mercadorias ou reunir informações para a empresa;

e) Uma instalação fixa mantida unicamente para exercer, para a empresa, qualquer outra actividade de carácter preparatório ou auxiliar;

f) Uma instalação fixa mantida unicamente para o exercício de qualquer combinação das actividades referidas nas alíneas *a*) a *e*), desde que a actividade de conjunto da instalação fixa resultante desta combinação seja de carácter preparatório ou auxiliar.

5 — Não obstante o disposto nos n.os 1 e 2, quando uma pessoa, que não seja um agente independente a que é aplicável o n.º 6, actue num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante, considera-se que essa empresa possui um estabelecimento estável no primeiro Estado mencionado desde que essa pessoa:

a) Tenha e habitualmente exerça nesse Estado poderes para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que as suas actividades se limitem à compra de bens ou de mercadorias para essa empresa; ou

b) Não detenha esses poderes, mas mantenha habitualmente no primeiro Estado mencionado um depósito de bens ou de mercadorias a partir do qual efectue entregas regulares de bens ou de mercadorias em nome da empresa e certas actividades adicionais conduzidas nesse Estado em nome da empresa tenham contribuído para a venda de bens ou de mercadorias.

6 — Não se considera que uma empresa de um Estado Contratante tem um estabelecimento estável no outro Estado Contratante pelo simples facto de exercer a sua actividade nesse outro Estado por intermédio de um corretor, de um comissário-geral ou de qualquer outro agente independente, desde que essas pessoas actuem no âmbito normal da sua actividade. Contudo, quando a actividade desse agente é exercida na totalidade ou na quase totalidade em nome dessa empresa, não será considerado um agente independente nos termos do presente número se se provar que as transacções entre o agente e a empresa não foram realizadas em condições de absoluta independência.

7 — O facto de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante ou que exerce a sua actividade nesse outro Estado (quer seja através de um estabelecimento estável, quer de outro modo) não é, por si, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento estável da outra.

CAPÍTULO III

Tributação dos rendimentos

Artigo 6.º

Rendimentos dos bens imobiliários

1 — Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufira de bens imobiliários (incluídos os rendimentos das explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — A expressão «bens imobiliários» terá o significado que lhe for atribuído pelo direito do Estado Contratante em que tais bens estiverem situados. A expressão compreende sempre os acessórios, o gado e o equipamento das explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições do direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a retribuições variáveis ou fixas pela exploração ou pela concessão da exploração de jazigos minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3 — O disposto no n.º 1 aplica-se aos rendimentos derivados da utilização directa, do arrendamento ou de qualquer outra forma de utilização dos bens imobiliários.

4 — O disposto nos n.ºs 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados para o exercício de profissões independentes.

Artigo 7.º

Lucros das empresas

1 — Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que a empresa exerça a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado. Se a empresa exercer a sua actividade deste modo, os seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem imputáveis a esse estabelecimento estável.

2 — Com ressalva do disposto no n.º 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer a sua actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável aí situado, serão imputados em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento estável, os lucros que este obteria se fosse uma empresa distinta e separada que exercesse as mesmas actividades ou actividades similares, nas mesmas condições ou em condições similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é estabelecimento estável.

3 — Na determinação do lucro de um estabelecimento estável é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para realização dos fins prosseguidos por esse estabelecimento estável, incluindo as despesas de direcção e as despesas gerais de administração efectuadas com o fim referido, quer no Estado em que esse estabelecimento estável estiver situado quer fora dele.

4 — Se for usual num Estado Contratante determinar os lucros imputáveis a um estabelecimento estável com base numa repartição dos lucros totais da empresa entre as suas diversas partes, a disposição do n.º 2 não impedirá esse Estado Contratante de determinar os lucros tributáveis de acordo com a repartição usual; o método de repartição adoptado deve, no entanto, conduzir a um resultado conforme com os princípios enunciados neste artigo.

5 — Nenhum lucro será imputado a um estabelecimento estável pelo facto da simples compra de bens ou de mercadorias, por esse estabelecimento estável, para a empresa.

6 — Para efeitos dos números precedentes, os lucros a imputar ao estabelecimento estável serão calculados, em cada ano, segundo o mesmo método, a não ser que existam motivos válidos e suficientes para proceder de forma diferente.

7 — Quando os lucros compreendam elementos do rendimento especialmente tratados noutros artigos desta Convenção, as respectivas disposições não serão afectadas pelas deste artigo.

Artigo 8.º

Navegação marítima e aérea

1 — Os lucros da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa.

2 — Se a direcção efectiva de uma empresa de navegação marítima se situar a bordo de um navio, a direcção efectiva considera-se situada no Estado Contratante em que se encontra o porto onde esse navio estiver registado ou, na falta de porto de registo, no Estado Contratante de que é residente a pessoa que explora o navio.

3 — O disposto no n.º 1 aplica-se igualmente aos lucros auferidos da participação num *pool,* numa exploração em comum ou num organismo internacional de exploração.

Artigo 9.º

Empresas associadas

1 — Quando:

a) Uma empresa de um Estado Contratante participar, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante; ou

b) As mesmas pessoas participarem, directa ou indirectamente, na direcção, no controlo ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante;

e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceites ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os rendimentos que, se não existissem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos rendimentos dessa empresa e, consequentemente, tributados.

2 — Quando um Estado Contratante incluir nos rendimentos de uma empresa desse Estado — e tributar nessa conformidade — os rendimentos pelos quais uma empresa do outro Estado Contratante foi tributada

nesse outro Estado e os rendimentos incluídos deste modo constituírem rendimentos que teriam sido obtidos pela empresa do primeiro Estado se as condições impostas entre as duas empresas tivessem sido as condições que teriam sido estabelecidas entre empresas independentes, o outro Estado procederá ao ajustamento adequado do montante do imposto aí cobrado sobre os rendimentos referidos na determinação deste ajustamento, serão tomadas em consideração as outras disposições desta Convenção e as autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão, se necessário.

Artigo 10.º

Dividendos

1 — Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Esses dividendos podem, no entanto, ser igualmente tributados no Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10 % do montante bruto dos dividendos.

3 — O disposto no n.º 2 não é aplicável no que se refere aos dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a uma sociedade residente do outro Estado Contratante, em relação aos quais são aplicáveis as disposições da directiva sobre o regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados membros diferentes (n.º 90/435/CEE) com as alterações que venham a ser eventualmente introduzidas.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar o disposto nos n.os 2 e 3.

5 — O disposto nos n.os 2 e 3 não afecta a tributação da sociedade pelos lucros dos quais os dividendos são pagos.

6 — O termo «dividendos», usado neste artigo, significa os rendimentos provenientes de acções, acções ou bónus de fruição, partes de minas, partes de fundador ou outros direitos, com excepção dos créditos, com participação nos lucros, assim como os rendimentos derivados de outras partes sociais sujeitos ao mesmo regime fiscal que os rendimentos de acções pela legislação do Estado de que é residente a sociedade que os distribui.

7 — O disposto nos n.os 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos uma actividade industrial ou comercial, através de um estabelecimento estável aí situado, ou uma profissão independente, por meio de uma instalação fixa aí situada, e a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

8 — Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante obtiver lucros ou rendimentos provenientes do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, excepto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação relativamente à qual os dividendos são pagos estiver efectivamente ligada a um estabelecimento estável ou a uma instalação fixa situados nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre os lucros não distribuídos, mesmo que os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistam, total ou parcialmente, em lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11.º

Juros

1 — Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — No entanto, esses juros podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10 % do montante bruto dos juros.

3 — Não obstante o disposto no n.º 2, os juros provenientes de um Estado Contratante ficam isentos de imposto nesse Estado se:

a) O devedor desses juros for esse Estado, uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, o banco central ou instituições de serviço público; ou

b) Os juros forem pagos ao outro Estado Contratante, a uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, ao banco central ou a qualquer outra instituição (incluindo uma instituição financeira) acordada entre as autoridades competentes de ambos os Estados Contratantes.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar o disposto nos n.os 2 e 3.

5 — *a*) Se entrar em vigor uma directiva da UE relativa à tributação de juros de contas de poupança privada e se, de acordo com essa directiva, com as alterações que venham a ser introduzidas, os juros realizados num Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante puderem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm os juros, as disposições dessa directiva serão aplicáveis a esses juros em vez das disposições deste artigo.

b) Se entrar em vigor uma directiva da UE que preveja um tratamento fiscal comum dos juros e das *royalties* pagas entre empresas, com as alterações que venham a ser introduzidas, as disposições dessa directiva serão aplicáveis a esses juros em vez das disposições deste artigo.

6 — O termo «juros», usado neste artigo, significa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com ou sem uma cláusula de participação nos lucros do devedor, e, nomeada-

mente, os rendimentos da dívida pública e de obrigações, incluindo os prémios atinentes a esses títulos. Para efeitos deste artigo, não se consideram juros as penalizações por pagamento tardio.

7 — O disposto nos n.os 2 e 3 não é aplicável se o beneficiário efectivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm os juros uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou uma profissão independente por meio de uma instalação fixa aí situada, e o crédito relativamente ao qual os juros são pagos estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

8 — Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual os juros são pagos e esse estabelecimento estável ou essa instalação fixa suporte o pagamento desses juros, tais juros são considerados provenientes do Estado em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

9 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 12.º

Royalties

1 — As *royalties* provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — No entanto, essas *royalties* podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas se o beneficiário efectivo das *royalties* for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não excederá 10 % do montante bruto das *royalties.*

As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar este limite.

3 — Se entrar em vigor uma directiva da UE que preveja o tratamento fiscal comum dos juros e das *royalties* pagas entre empresas, com as alterações que venham a ser introduzidas, as disposições dessa directiva serão aplicáveis a essas *royalties* em vez das disposições deste artigo.

4 — O termo *«royalties»,* usado neste artigo, significa as retribuições de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, incluindo filmes cinematográficos, filmes ou gravações para difusão pela rádio ou pela televisão, de uma patente, de uma marca de fabrico ou de comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico ou por informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico.

O termo *«royalties»* compreende igualmente as remunerações relativas a assistência técnica em conexão com o uso ou a concessão do uso dos direitos de autor, bens ou informações referidos no presente número.

5 — O disposto nos n.os 1 e 2 não é aplicável se o beneficiário efectivo das *royalties,* residente de um Estado Contratante, exercer no outro Estado Contratante de que provêm as *royalties* uma actividade industrial ou comercial por meio de um estabelecimento estável aí situado, ou uma profissão independente por meio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem relativamente aos quais as *royalties* são pagas estiver efectivamente ligado a esse estabelecimento estável ou a essa instalação fixa. Nesse caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

6 — As *royalties* consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor das *royalties*, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento estável ou uma instalação fixa em relação com os quais haja sido contraída a obrigação pela qual as *royalties* são pagas e esse estabelecimento estável ou instalação fixa suporte o pagamento dessas *royalties*, tais *royalties* são consideradas provenientes do Estado em que o estabelecimento estável ou a instalação fixa estiverem situados.

7 — Quando, devido a relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efectivo das *royalties* ou entre ambos e qualquer outra pessoa, o montante das *royalties*, tendo em conta o uso, direito ou informação pela qual são pagas, exceder o montante que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efectivo, na ausência de tais relações, as disposições deste artigo são aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, o excesso pode continuar a ser tributado de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições desta Convenção.

Artigo 13.º

Mais-valias

1 — Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufira da alienação de bens imobiliários referidos no artigo 6.º e situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante disponha no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão independente, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento estável (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3 — Os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens mobiliários afectos à exploração desses navios ou aeronaves só podem ser tributados no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva da empresa. Para efeitos deste número, é aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 8.º

4 — Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer bens, com excepção dos bens referidos nos n.os 1, 2 e 3, só podem ser tributados no Estado Contratante de que o alienante é residente.

5 — Não obstante o disposto no n.º 4, um Estado Contratante pode, de acordo com a sua legislação interna, incluindo a interpretação do termo «alienação», tributar os ganhos que uma pessoa singular residente do outro Estado Contratante aufira da alienação de acções, de bónus de fruição ou de créditos de uma sociedade cujo capital esteja dividido em acções e que, segundo a legislação do primeiro Estado Contratante mencionado, é residente desse Estado, e da alienação de parte dos direitos conexos com as referidas acções, acções de fruição ou créditos, se a pessoa singular — isoladamente ou com o cônjuge — ou um dos seus parentes, por via de consanguinidade ou de afinidade em linha directa, detiver, directa ou indirectamente, pelo menos 5 % da emissão de capital de uma determinada classe de acções nessa sociedade. Esta disposição só é aplicável se a pessoa singular que aufere os ganhos tiver sido residente do primeiro Estado mencionado no decurso dos últimos 10 anos anteriores ao ano em que os ganhos são auferidos e desde que, no momento em que se tornou residente do outro Estado Contratante, as condições atrás referidas respeitantes à detenção de uma participação na referida sociedade fossem satisfeitas.

Nos casos em que, segundo a legislação nacional do primeiro Estado Contratante mencionado, se tenha procedido a uma liquidação relativa à pessoa singular em causa referente à alienação das acções mencionadas que se considera ter tido lugar no momento da sua emigração do primeiro Estado Contratante mencionado, as disposições anteriores aplicar-se-ão apenas na medida em que estiver ainda pendente uma parte da liquidação.

Artigo 14.º

Profissões independentes

1 — Os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante pelo exercício de uma profissão liberal ou de outras actividades de carácter independente só podem ser tributados nesse Estado, excepto nas circunstâncias a seguir indicadas, caso em que tais rendimentos também podem ser tributados no outro Estado Contratante:

a) Se esse residente dispuser de forma habitual, nesse outro Estado, de uma instalação fixa para o exercício das suas actividades; nesse caso, só pode ser tributada nesse outro Estado a fracção dos rendimentos imputável a essa instalação fixa; ou

b) Se o residente permanecer nesse outro Estado durante um período ou períodos cuja duração total exceda 183 dias em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; nesse caso, só pode ser tributada nesse outro Estado a fracção dos rendimentos auferidos das suas actividades exercidas no outro Estado.

2 — A expressão «profissão liberal» abrange, em especial, as actividades independentes de carácter científico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem como as actividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, dentistas e contabilistas.

Artigo 15.º

Profissões dependentes

1 — Com ressalva do disposto nos artigos 16.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21.º, os salários, vencimentos e outras remunerações similares obtidos de um emprego por um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as remunerações obtidas por um residente de um Estado Contratante de um emprego exercido no outro Estado Contratante só podem ser tributadas no primeiro Estado Contratante mencionado se:

a) O beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias, em qualquer período de 12 meses com início ou termo no ano fiscal em causa; e

b) As remunerações forem pagas por uma entidade patronal ou por conta de uma entidade patronal que não seja residente do outro Estado; e

c) As remunerações não forem suportadas por um estabelecimento estável ou por uma instalação fixa que a entidade patronal tenha no outro Estado.

3 — Não obstante as disposições anteriores deste artigo, as remunerações de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a direcção efectiva.

Artigo 16.º

Percentagens de membros de conselhos

As percentagens, senhas de presença e outras remunerações similares obtidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro do conselho de administração ou de fiscalização (em Portugal, conselho de administração ou conselho fiscal; nos Países Baixos, *bestuuder* ou *commissaris*) ou de um órgão análogo de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado, desde que as remunerações pagas pela sociedade a um membro dos respectivos órgãos relativamente ao exercício de uma actividade permanente sejam tributáveis nos termos do disposto no artigo 15.º

Artigo 17.º

Artistas e desportistas

1 — Não obstante o disposto nos artigos 14.º e 15.º, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado

Contratante na qualidade de profissional de espectáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou de músico, bem como de desportista, provenientes das suas actividades pessoais exercidas nessa qualidade no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto nos artigos 7.º, 14.º e 15.º, os rendimentos da actividade exercida pessoalmente pelos profissionais de espectáculos ou desportistas, nessa qualidade, atribuídos a uma outra pessoa, podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas essas actividades dos profissionais de espectáculos ou dos desportistas.

3 — O disposto nos n.os 1 e 2 não é aplicável aos rendimentos auferidos por um residente de um Estado Contratante das actividades exercidas no outro Estado Contratante, desde que a deslocação a esse outro Estado seja suportada, total ou principalmente, por fundos públicos do primeiro Estado mencionado, por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, ou tenha lugar no âmbito de um acordo cultural ou de um programa entre os Governos dos Estados Contratantes. Nesse caso, os rendimentos só podem ser tributados no Estado Contratante de que o profissional de espectáculos ou o desportista é residente.

Artigo 18.º

Pensões, rendas e contribuições para a segurança social

1 — Com ressalva do disposto no n.º 2 do artigo 19.º, as pensões e outras remunerações similares pagas a um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego anterior e, bem assim, as rendas pagas a um residente de um Estado Contratante só podem ser tributadas nesse Estado. Uma pensão e outras remunerações pagas ao abrigo de um regime de segurança social de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante só podem ser tributadas nesse outro Estado.

2 — Não obstante o disposto no n.º 1, as pensões ou outras remunerações similares, as rendas, pensões ou outras remunerações pagas ao abrigo do disposto num regime de segurança social de um Estado Contratante podem ser igualmente tributadas no Estado Contratante de que provêm, de acordo com a legislação desse Estado, se e na medida em que:

a) O direito a essa pensão, a outra remuneração similar ou renda estiver isento de imposto no Estado Contratante de que provêm ou as contribuições associadas com a pensão, com outra remuneração similar ou renda pagas nos termos do esquema de pensões ou à companhia seguradora tiverem sido deduzidas previamente quando se procedeu ao cálculo do rendimento tributável nesse Estado ou se forem passíveis de outros benefícios fiscais nesse Estado; e

b) Essa pensão, outra remuneração similar ou renda não seja tributada, no Estado Contratante de que o respectivo beneficiário é residente, segundo a taxa comum aplicável ao rendimento auferido de profissões dependentes ou sejam tributados menos de 90% do montante bruto da pensão, de outra remuneração similar ou renda; e

c) O montante bruto global das pensões, de outras remunerações similares e rendas, e, bem assim, as pensões e outras remunerações pagas ao abrigo das disposições de um regime de segurança social de um Estado Contratante, exceda a importância de 10 000 euros em qualquer ano civil.

3 — Não obstante o disposto nos n.os 1 e 2, se essa pensão ou outra remuneração similar não for de natureza periódica, for paga em consequência de um emprego anterior no outro Estado Contratante e for liquidada antes da data em que a pensão tem início, ou se houver lugar a um pagamento global em substituição do direito a uma renda antes da data em que a renda tem início, esse pagamento ou importância global podem ser igualmente tributados no Estado Contratante de que provêm.

4 — Uma pensão, outra remuneração similar ou renda considera-se proveniente de um Estado Contratante se, e na medida em que, as contribuições ou os pagamentos associados com a pensão, com a outra remuneração similar ou renda ou os direitos daí decorrentes sejam passíveis de desagravamento fiscal nesse Estado. A transferência de uma pensão de um fundo de pensões ou de uma companhia seguradora de um Estado Contratante para um fundo de pensões ou para uma companhia seguradora de outro Estado não é de modo algum limitativa dos direitos de tributação do primeiro Estado mencionado, nos termos do presente artigo.

5 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes estabelecerão, de comum acordo, a forma de aplicar o disposto no n.º 2. Determinarão igualmente quais os elementos que o residente de um Estado Contratante deve apresentar, tendo em vista a correcta aplicação da Convenção no outro Estado Contratante, designadamente a fim de determinar se as condições referidas nas alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 2 foram satisfeitas.

6 — O termo «renda» significa uma quantia fixa pagável periodicamente, em datas fixas, a título vitalício ou durante um período de tempo determinado ou determinável, em cumprimento de obrigação resultante de entrega adequada de dinheiro ou de valores pecuniários.

7 — A questão de saber se, e em que medida, uma pensão ou uma remuneração similar se insere no âmbito deste artigo ou do artigo 19.º é determinada pela natureza do emprego anteriormente exercido, privado ou governamental, no decurso do qual foi estabelecido o direito a essa parte da pensão ou remuneração similar.

Artigo 19.º

Funções públicas

1 — *a*) Os salários, vencimentos e outras remunerações similares, excluindo as pensões, pagos por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Os referidos salários, vencimentos e outras remunerações similares só podem, contudo, ser tributados no outro Estado Contratante se os serviços forem pres-

tados nesse Estado e se a pessoa singular for um residente desse Estado:

i) Sendo seu nacional; ou
ii) Que não se tornou seu residente unicamente para o efeito de prestar os ditos serviços.

2 — *a*) As pensões pagas por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local, quer directamente, quer através de fundos por elas constituídos, a uma pessoa singular, em consequência de serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão ou autarquia, só podem ser tributados nesse Estado.

b) Essas pensões só podem, contudo, ser tributadas no outro Estado Contratante se a pessoa singular for um residente e um nacional desse Estado.

3 — O disposto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º e 18.º aplica-se aos salários, vencimentos e outras remunerações similares e, bem assim, às pensões pagas em consequência de serviços prestados em conexão com uma actividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante ou por uma sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local.

Artigo 20.º

Professores

1 — Os pagamentos que um professor residente de um Estado Contratante e que permanece no outro Estado Contratante com o propósito de exercer uma actividade docente ou de realizar investigação científica, durante um período máximo de dois anos numa universidade, colégio ou outro estabelecimento de ensino ou de investigação científica sem fins lucrativos nesse outro Estado recebe em virtude da referida actividade docente ou de investigação só podem ser tributados no primeiro Estado mencionado.

2 — O disposto neste artigo não é aplicável aos rendimentos provenientes da investigação se essa investigação não for realizada no interesse público, mas essencialmente em benefício particular de uma determinada pessoa ou pessoas.

Artigo 21.º

Estudantes

Uma pessoa singular que é ou foi, imediatamente antes de se deslocar a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e permanece temporariamente no primeiro Estado mencionado unicamente como:

a) Estudante numa universidade, colégio ou escola; ou
b) Aprendiz comercial ou técnico com vista à formação que deve ser comunicada pela autoridade competente do Estado Contratante de que é ou foi residente; ou
c) Beneficiário de um subsídio, subvenção ou bolsa de uma organização religiosa, de beneficência, científica ou pedagógica com o propósito principal dos seus estudos ou formação;

não será tributada nesse outro Estado relativamente às importâncias recebidas para fins da sua manutenção, educação ou formação ou em relação com uma bolsa de estudo. Esta disposição aplica-se igualmente a qualquer importância respeitante a remuneração por serviços prestados nesse outro Estado, desde que tais serviços estejam ligados com os seus estudos ou formação ou sejam necessários para fins da sua manutenção e o montante dessa remuneração não exceda 5000 euros.

Artigo 22.º

Outros rendimentos

1 — Os elementos do rendimento de um residente de um Estado Contratante, e donde quer que provenham, não tratados nos artigos anteriores desta Convenção só podem ser tributados nesse Estado.

2 — O disposto no n.º 1 não se aplica ao rendimento, que não seja rendimento de bens imobiliários como são definidos no n.º 2 do artigo 6.º, auferido por um residente de um Estado Contratante que exerce actividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento estável nele situado ou que exerce nesse outro Estado uma profissão independente através de uma instalação fixa nele situada, estando o direito ou a propriedade, em relação aos quais o rendimento é pago, efectivamente ligado com esse estabelecimento estável ou instalação fixa. Neste caso, são aplicáveis as disposições do artigo 7.º ou do artigo 14.º, consoante o caso.

CAPÍTULO IV

Tributação do capital

Artigo 23.º

Capital

1 — O capital constituído por bens imobiliários mencionados no artigo 6.º, propriedade de um residente de um Estado Contratante e situados no outro Estado Contratante, pode ser tributado nesse outro Estado.

2 — O capital constituído por bens mobiliários que fazem parte do activo de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tem no outro Estado Contratante ou por bens mobiliários afectos a uma instalação fixa de que um residente de um Estado Contratante dispõe no outro Estado Contratante com o fim de exercer uma profissão independente pode ser tributado nesse outro Estado.

3 — O capital constituído por navios e aeronaves utilizados no tráfego internacional, bem como pelos bens mobiliários afectos à sua exploração, só pode ser tributado no Estado Contratante onde está situada a direcção efectiva da empresa. Para efeitos deste número, aplica-se o disposto no n.º 2 do artigo 8.º

4 — Todos os outros elementos do capital de um residente de um Estado Contratante só podem ser tributados nesse Estado.

CAPÍTULO V

Métodos de eliminação da dupla tributação

Artigo 24.º

Eliminação da dupla tributação

1 — No caso de Portugal, a dupla tributação é eliminada do seguinte modo:

a) Quando um residente de Portugal obtiver rendimentos que, de acordo com o disposto nesta Convenção, possam ser tributados nos Países

Baixos, Portugal deduzirá do imposto sobre o rendimento desse residente uma importância igual ao imposto sobre o rendimento pago nos Países Baixos. A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fracção do imposto sobre o rendimento, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos que podem ser tributados nos Países Baixos;

b) Quando, de acordo com o disposto nesta Convenção, os rendimentos obtidos por um residente de Portugal forem isentos de imposto neste Estado, Portugal poderá, contudo, ao calcular o quantitativo do imposto sobre os restantes rendimentos desse residente, ter em conta os rendimentos isentos.

2 — Os Países Baixos, ao tributarem os seus residentes, podem incluir na base sobre a qual esses impostos incidem os elementos do rendimento ou do capital que, de acordo com o disposto nesta Convenção, podem ser tributados em Portugal.

3 — Todavia, quando um residente dos Países Baixos aufere elementos do rendimento que, nos termos do artigo 6.º, do artigo 7.º, do n.º 7 do artigo 10.º, do n.º 7 do artigo 11.º, do n.º 5 do artigo 12.º, dos n.os 1 e 2 do artigo 13.º, do n.º 1, alínea *a*), do artigo 14.º, dos n.os 1 e 3 do artigo 15.º, do n.º 2 do artigo 18.º, dos n.os 1, alínea *a*), e 2, alínea *a*), do artigo 19.º e do n.º 2 do artigo 22.º desta Convenção, podem ser tributados em Portugal e são incluídos na base referida no n.º 2, os Países Baixos isentam esses elementos do rendimento mediante uma redução do imposto respectivo. Tal redução será calculada em conformidade com as disposições da legislação dos Países Baixos relativas à eliminação da dupla tributação. Para o efeito, considera-se que os referidos elementos do rendimento estão incluídos no montante total dos elementos do rendimento isentos de imposto dos Países Baixos segundo essas disposições.

4 — Além disso, os Países Baixos concedem uma dedução do imposto dos Países Baixos assim calculado relativamente aos elementos do rendimento e do capital que, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º, do n.º 2 do artigo 11.º, do n.º 2 do artigo 12.º, do n.º 5 do artigo 13.º, do n.º 1, alínea *b*), do artigo 14.º, do artigo 16.º, do artigo 17.º, do n.º 3 do artigo 18.º e dos n.os 1 e 2 do artigo 23.º desta Convenção, podem ser tributados em Portugal na medida em que tais elementos estejam incluídos na base referida no n.º 2. O montante desta dedução será equivalente ao imposto pago em Portugal sobre esses elementos do rendimento ou do capital, mas não excederá o montante da redução que seria concedida se os elementos do rendimento ou do capital assim incluídos fossem os únicos elementos do rendimento ou do capital isentos de imposto dos Países Baixos de acordo com as disposições da legislação dos Países Baixos relativa à eliminação de dupla tributação.

5 — Não obstante o disposto no n.º 3, os Países Baixos concedem uma dedução do imposto dos Países Baixos relativamente ao imposto pago em Portugal sobre os elementos do rendimento que, nos termos do artigo 7.º, do n.º 7 do artigo 10.º, do n.º 7 do artigo 11.º, do n.º 5 do artigo 12.º, do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 22.º desta Convenção, podem ser tributados em Portugal na medida em que tais elementos estejam incluídos na base referida no n.º 1, se e desde que os Países Baixos, de acordo com as disposições da legislação dos Países Baixos relativa à eliminação da dupla tributação, deduzam do imposto dos Países Baixos o imposto cobrado noutro país sobre esses elementos do rendimento. O disposto no n.º 4 deste artigo aplicar-se-á para efeitos do cálculo desta dedução.

6 — Quando um residente de Portugal recebe um pagamento ou um quantitativo global que possa ser tributado nos Países Baixos em conformidade com o n.º 3 do artigo 18.º, os Países Baixos deduzem do imposto respectivo incidente sobre o referido pagamento ou quantitativo global uma importância equivalente ao imposto cobrado em Portugal sobre o referido pagamento ou quantitativo global.

CAPÍTULO VI

Disposições especiais

Artigo 25.º

Actividades *offshore*

1 — Não obstante quaisquer outras disposições da presente Convenção, o disposto neste artigo é aplicável. Este artigo não será, porém, aplicável quando as actividades *offshore* de uma pessoa constituem para essa pessoa um estabelecimento estável, nos termos do artigo 5.º, ou uma instalação fixa, nos termos do artigo 14.º

2 — Neste artigo, a expressão «actividades *offshore*» significa as actividades levadas a efeito extraterritorialmente em conexão com a prospecção e a exploração do leito do mar e do seu subsolo e respectivos recursos naturais, situadas num Estado Contratante.

3 — Com ressalva do disposto no n.º 4 deste artigo, considera-se que uma empresa de um Estado Contratante que exerce actividades *offshore* noutro Estado Contratante leva a efeito, relativamente a essas actividades, uma actividade nesse outro Estado por meio de um estabelecimento estável aí situado, salvo se as actividades *offshore* em questão forem exercidas no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam no total 30 dias em qualquer período de 12 meses. Para efeitos deste número:

a) Quando uma empresa que leva a efeito actividades *offshore* no outro Estado Contratante está associada a outra empresa e essa outra empresa prossegue, como parte do mesmo projecto, as mesmas actividades *offshore* que são ou foram exercidas pela primeira empresa mencionada, e as actividades mencionadas exercidas por ambas as empresas (quando combinadas) excederem um período de 30 dias, considera-se que cada uma das empresas exerce as suas actividades durante um período que excede 30 dias num período de 12 meses;

b) Considera-se que uma empresa está associada a outra empresa se uma delas detiver, directa ou indirectamente, pelo menos, um terço do capital da outra empresa, ou se uma pessoa detiver, directa ou indirectamente, pelo menos, um terço do capital de ambas as empresas.

4 — Considera-se, porém, que para efeitos do n.º 3 deste artigo, a expressão «as actividades *offshore*» não inclui:

a) Nenhuma das actividades mencionadas no n.º 4 do artigo 5.º ou qualquer combinação das mesmas;
b) O serviço de reboque ou de ancoragem por navios essencialmente destinados a esse fim, bem como quaisquer outras actividades desempenhadas por esses navios;
c) O transporte de abastecimentos ou de pessoal por navios ou aeronaves no tráfego internacional.

5 — Considera-se que um residente de um Estado Contratante que leva a efeito actividades *offshore* no outro Estado Contratante, que consistam em serviços profissionais ou noutras actividades de carácter independente, exerce essas actividades a partir de uma base fixa no outro Estado Contratante, desde que as actividades *offshore* em causa se prolonguem por um período ininterrupto de 30 dias ou mais.

6 — Os salários, vencimentos e outras remunerações similares auferidas por um residente de um Estado Contratante em consequência de um emprego relacionado com actividades *offshore* levadas a efeito através de um estabelecimento estável no outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado, desde que o emprego seja exercido *offshore* nesse outro Estado.

7 — Quando for apresentada prova documental de que foi pago imposto em Portugal sobre os elementos do rendimento que podem ser tributados em Portugal nos termos do artigo 7.º e do artigo 14.º, em conexão com os n.os 3 e 5 e com o n.º 6 deste artigo, respectivamente, os Países Baixos concedem uma redução do imposto respectivo que será calculado em conformidade com as regras estabelecidas no n.º 2 do artigo 24.º

Artigo 26.º

Não discriminação

1 — Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação, em especial no que se refere à residência. Não obstante o estabelecido no artigo 1.º, esta disposição aplica-se também às pessoas singulares que não são residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

2 — A tributação de um estabelecimento estável que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será nesse outro Estado menos favorável do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas actividades. Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais atribuídos em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3 — Salvo se for aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 9.º, no n.º 9 do artigo 11.º ou no n.º 7 do artigo 12.º, os juros, *royalties* e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável dessa empresa, como se fossem pagas a um residente do primeiro Estado mencionado. De igual modo, quaisquer dívidas de uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para o efeito de determinar o capital tributável dessa empresa, nas mesmas condições como se tivessem sido contraídas para com um residente do primeiro Estado mencionado.

4 — As empresas de um Estado Contratante cujo capital, total ou parcialmente, directa ou indirectamente, seja possuído ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante não ficarão sujeitas, no primeiro Estado mencionado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diferente ou mais gravosa do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as empresas similares desse primeiro Estado mencionado.

5 — Assim que no seio da CE seja aprovado um regulamento comum sobre o tratamento fiscal das contribuições pagas para um plano de pensões reconhecido, incluindo um plano de pensões criado ao abrigo de um sistema público de segurança social, tal regulamento aplicar-se-á igualmente no que respeita às contribuições pagas por ou em nome de pessoas singulares residentes de um Estado Contratante para um plano de pensões reconhecido para efeitos fiscais no outro Estado Contratante.

6 — Não obstante o disposto no artigo 2.º, as disposições deste artigo aplicar-se-ão aos impostos de qualquer natureza ou denominação.

Artigo 27.º

Procedimento amigável

1 — Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação não conforme com o disposto nesta Convenção, poderá, independentemente dos recursos estabelecidos pela legislação nacional desses Estados, submeter o seu caso à autoridade competente do Estado Contratante de que é residente ou, se o seu caso estiver compreendido no n.º 1 do artigo 26.º, à do Estado Contratante de que é nacional. O caso deverá ser apresentado dentro de três anos a contar da data da primeira comunicação da medida que der causa à tributação não conforme com o disposto na Convenção.

2 — A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar fundada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão através de acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar a tributação não conforme com a Convenção. O acordo alcançado será aplicado pelas autoridades competentes independentemente dos prazos estabelecidos no direito interno dos Estados Contratantes.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, através de acordo amigável, as dificuldades ou as dúvidas a que possa dar

lugar a interpretação ou a aplicação da Convenção. Poderão também consultar-se a fim de eliminar a dupla tributação em casos não previstos pela Convenção.

4 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar directamente entre si, inclusivamente através de uma comissão mista constituída por essas autoridades ou pelos seus representantes, a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos números anteriores.

Artigo 28.º

Troca de informações

As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições desta Convenção ou as das leis internas dos Estados Contratantes relativas aos impostos abrangidos pela Convenção, na medida em que a tributação nelas prevista não seja contrária a esta Convenção. A troca de informações não é restringida pelo disposto no artigo 1.º As informações obtidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas do mesmo modo que as informações obtidas com base na legislação interna desse Estado e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos, ou dos procedimentos declarativos ou executivos relativos a impostos, ou da decisão de recursos referentes aos impostos abrangidos pela Convenção. Essas pessoas ou autoridades utilizarão as informações assim obtidas apenas para os fins referidos. Poderão utilizar essas informações no decurso de audiências públicas de tribunais ou em decisões judiciais.

Artigo 29.º

Assistência na cobrança

1 — Os Estados Contratantes acordam em prestar assistência e apoio mútuo, em conformidade com as disposições e normas da legislação ou dos regulamentos respectivos, com vista à cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção, quando essas importâncias forem definitivamente devidas nos termos das leis e regulamentos do Estado Contratante que solicita assistência para a referida cobrança.

2 — A pedido do Estado requerente, o Estado requerido tomará medidas cautelares, com vista à cobrança de um quantitativo de imposto, mesmo no caso de a reclamação ser contestada ou não ser ainda objecto de um instrumento executivo, desde que a legislação e a prática administrativa do Estado requerido o permitam.

3 — As autoridades competentes dos Estados Contratantes consultar-se-ão a fim de determinarem a forma de aplicação deste artigo no caso de considerarem exequível a prestação de assistência com vista à cobrança de impostos.

Artigo 30.º

Limitação dos artigos 28.º e 29.º

O disposto nos artigos 28.º e 29.º nunca poderá ser interpretado no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

a) Tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

b) Fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito da sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;

c) Transmitir informações reveladoras de segredos ou processos comerciais, industriais ou profissionais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 31.º

Membros das missões diplomáticas e dos postos consulares

1 — O disposto na presente Convenção não afecta os privilégios fiscais de que beneficiem os membros das missões diplomáticas ou dos postos consulares em virtude das regras gerais de direito internacional ou das disposições de acordos especiais.

2 — Uma pessoa singular que seja membro de uma missão diplomática ou de um posto consular de um Estado Contratante situado no outro Estado Contratante ou num Estado terceiro e nacional do Estado acreditado é considerada, para efeitos da presente Convenção, residente do Estado acreditado, desde que aí esteja sujeita às mesmas obrigações em matéria de impostos sobre o rendimento e sobre o capital que os residentes desse Estado.

3 — A Convenção não é aplicável às organizações internacionais, aos seus órgãos ou funcionários, nem aos membros de uma missão diplomática ou de um posto consular de um Estado terceiro, presentes num Estado Contratante, quando aí não estejam sujeitos às mesmas obrigações em matéria de impostos sobre o rendimento ou sobre o capital que os residentes desse Estado.

Artigo 32.º

Extensão territorial

1 — Esta Convenção poderá tornar-se extensiva, na sua globalidade ou com as necessárias modificações, a um ou ambos os territórios das Antilhas Holandesas e de Aruba, se o país em causa cobrar impostos de natureza substancialmente idêntica à dos impostos a que se aplica a Convenção. Tal extensão tornar-se-á efectiva a partir da data, com as modificações e nas condições, incluindo as relativas à denúncia, que venham a ser especificadas e acordadas entre o Reino dos Países Baixos e a República Portuguesa, em conformidade com os respectivos procedimentos legais internos.

2 — Salvo se for acordado de outro modo, a denúncia da Convenção não faz cessar igualmente a extensão da Convenção a qualquer território a que se tenha tornado extensiva nos termos do presente artigo.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 33.º

Entrada em vigor

1 — A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data em que tiverem sido trocadas notas diplomáticas indicando a conclusão dos procedimentos

legais internos requeridos em cada Estado Contratante para a entrada em vigor da Convenção.

2 — A Convenção será aplicável:

a) Em Portugal:

i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou a partir de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;

ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos realizados no ano fiscal com início em ou a partir de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;

b) Nos Países Baixos:

i) Aos impostos retidos na fonte, sobre o rendimento auferido em ou após 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção;

ii) Aos demais impostos, relativamente aos impostos imputáveis a qualquer ano fiscal ou exercício com início em ou a partir de 1 de Janeiro do ano civil imediatamente seguinte ao da entrada em vigor da Convenção.

Artigo 34.º

Denúncia

A presente Convenção permanecerá em vigor enquanto não for denunciada por um Estado Contratante. Qualquer Estado Contratante pode denunciar a Convenção, por via diplomática, mediante um aviso prévio especificando o ano da cessação pelo menos seis meses antes de 31 de Dezembro do ano especificado no referido aviso. O aviso só poderá ser efectuado depois de decorrido um período de cinco anos a contar da data da entrada em vigor da Convenção. Nesse caso, a Convenção deixará de se aplicar:

a) Em Portugal:

i) Aos impostos devidos na fonte cujo facto gerador surja em ou a partir de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao mencionado no aviso de denúncia;

ii) Aos demais impostos, relativamente aos rendimentos realizados no ano fiscal com início em ou a partir de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao mencionado no aviso de denúncia;

b) Nos Países Baixos:

i) Aos impostos retidos na fonte, sobre os rendimentos realizados em ou a partir de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao mencionado no aviso de denúncia;

ii) Aos demais impostos, relativamente aos impostos imputáveis a qualquer ano fiscal ou exercício com início em ou a partir de 1 de Janeiro do ano imediatamente seguinte ao mencionado no aviso de denúncia.

Em testemunho do qual os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicado, no Porto, aos 20 dias do mês de Setembro de 1999, nas línguas portuguesa, neerlandesa e inglesa, sendo as três versões igualmente válidas. No caso de divergência de interpretação entre os textos português e neerlandês, prevalecerá o texto inglês.

Pela República Portuguesa:

Pelo Reino dos Países Baixos:

Protocolo

No momento de proceder à assinatura da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, celebrada na presente data entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos, os signatários acordaram nas disposições seguintes, que fazem parte integrante da Convenção:

I — *Ad* artigo 2.º

1 — Entende-se que a expressão «os impostos sobre o montante global dos vencimentos ou salários» não compreende as contribuições para a segurança social.

2 — Entende-se que a presente Convenção é igualmente aplicável a qualquer imposto que, para efeitos de uma directiva, regulamento ou convenção da UE, seja considerado um imposto sobre o rendimento, sobre elementos do rendimento, sobre o capital ou sobre elementos do capital.

3 — No caso de Portugal vir a introduzir um imposto similar ao imposto sobre o capital dos Países Baixos, a autoridade competente portuguesa informará, por via diplomática, a autoridade competente dos Países Baixos a fim de procederem às consultas necessárias para chegarem a acordo sobre se e de que modo a Convenção deverá ser alargada a esse imposto.

II — *Ad* artigo 4.º

1 — Uma pessoa que viva a bordo de um navio sem possuir domicílio efectivo em nenhum dos Estados Contratantes será considerada residente do Estado Contratante em que se encontrar o porto de registo do navio.

2 — Um fundo de pensões reconhecido como tal num Estado Contratante e cujos rendimentos estão normalmente isentos de imposto nesse Estado será considerado residente nesse Estado. Será considerado fundo de pensões reconhecido de um Estado Contratante qualquer fundo de pensões reconhecido e controlado em conformidade com as disposições regulamentares desse Estado.

3 — Os residentes de um Estado Contratante que beneficiem de um tratamento fiscal favorável não têm direito aos benefícios do capítulo III da presente Con-

venção, na medida em que as transacções internas comparáveis às transacções a que esse tratamento fiscal favorável é aplicável estão excluídas do respectivo âmbito *(ring fenced)*.

4 — Os residentes de um Estado Contratante que beneficiem de medidas fiscais prejudiciais no sentido do Código de Conduta da UE relativo à tributação das empresas, acordado na reunião ECOFIN de 1 de Dezembro de 1997, não têm direito aos benefícios do capítulo III da presente Convenção.

5 — No entanto, as medidas fiscais mencionadas nos n.os 3 e 4 não serão consideradas prejudiciais se forem aceites e na medida em que forem autorizadas pela União Europeia como apoio adequado ao desenvolvimento económico de uma determinada área e não sejam lesivas da integridade e da coerência da ordem legal comunitária, incluindo o mercado interno e as políticas comuns.

III — *Ad* artigos 5.º, 6.º, 13.º e 23.º

Entende-se que os direitos de prospecção e de exploração dos recursos naturais serão considerados bens imobiliários situados no Estado Contratante com cujo leito do mar e subsolo estão relacionados, e que esses direitos são considerados como fazendo parte da propriedade de um estabelecimento estável nesse Estado. Entende-se ainda que os referidos direitos compreendem os direitos a participações ou a benefícios conexos com activos gerados pela referida prospecção ou exploração.

IV — *Ad* artigo 6.º

As disposições do artigo 6.º são igualmente aplicáveis aos rendimentos de bens mobiliários, ou aos rendimentos obtidos de serviços conexos com o uso ou a concessão do uso de bens imobiliários, que, nos termos da legislação fiscal do Estado Contratante em que os bens em questão estão situados, são assimilados aos rendimentos de bens imobiliários.

V — *Ad* artigo 7.º

Nos termos do disposto no artigo 7.º, só podem ser atribuídos a um estaleiro de construção, a um projecto de construção, de montagem ou de instalação ou a prestações de serviços, como referido no artigo 5.º, n.º 3, alínea *b*), que constituam um estabelecimento estável, os lucros que resultem das actividades efectivas de construção, montagem ou instalação ou da prestação de serviços atrás mencionada. Por consequência, quando, em conexão com essas actividades ou serviços ou independentemente dos mesmos, é fornecida maquinaria ou equipamento pela sede ou por outro estabelecimento estável da empresa ou por terceiros, o valor desse fornecimento não será imputado aos lucros do estaleiro de construção, do projecto de construção, montagem ou instalação ou da prestação de serviços.

VI — *Ad* artigos 7.º, 12.º e 14.º

Com ressalva do n.º 4 do artigo 12.º, os pagamentos recebidos como remuneração de serviços técnicos, incluindo os estudos ou levantamentos de natureza científica, geológica ou técnica, ou de serviços de consultoria ou de supervisão serão considerados pagamentos a que se aplica o disposto no artigo 7.º ou no artigo 14.º

VII — *Ad* artigo 8.º

Para efeitos do artigo 8.º, os lucros da exploração no tráfego internacional de navios e aeronaves incluem os lucros obtidos do aluguer, em regime de casco nu, de navios e de aeronaves explorados no tráfego internacional, se tais rendimentos locativos forem de carácter secundário em relação aos lucros mencionados no n.º 1 do artigo 8.º

VIII — *Ad* artigos 8.º, 13.º e 23.º

Entende-se que, quando sociedades residentes de um dos Estados Contratantes ou de um Estado terceiro acordam em exercer uma actividade de transporte aéreo sob a forma de consórcio, o disposto no artigo 8.º, no n.º 3 do artigo 13.º e no n.º 3 do artigo 23.º aplicar-se-á à parte dos lucros do consórcio provenientes da exploração de aeronaves no tráfego internacional e do capital desse consórcio correspondente à participação nele detida por uma sociedade residente de um Estado Contratante.

IX — *Ad* artigo 9.º

Relativamente ao artigo 9.º, n.º 1, entende-se que o facto de empresas associadas celebrarem acordos, tais como acordos de repartição de custos ou de prestação de serviços gerais, para fins ou com base na imputação de despesas executivas, administrativas de carácter geral, técnicas e comerciais, despesas de investigação e desenvolvimento e outras despesas idênticas, não constitui por si só uma condição como previsto nesse número.

X — *Ad* artigos 9.º e 26.º

Entende-se que as disposições da Convenção não serão interpretadas no sentido de impedir a aplicação por um Estado Contratante das disposições relativas a subcapitalização previstas pela respectiva, legislação interna, excepto nos casos em que as empresas associadas demonstrem que, devido às características específicas das suas actividades ou às suas circunstâncias económicas próprias, as condições estabelecidas ou impostas entre essas empresas estão em conformidade com o princípio da plena concorrência.

XI — *Ad* artigo 10.º

Entende-se que o termo «dividendos» compreende o rendimento proveniente de direitos de participação nos lucros de uma empresa de um Estado Contratante, desde que tais direitos não resultem da titularidade de acções ou de uma profissão dependente ou independente.

XII — *Ad* artigos 10.º, 11.º e 12.º

Sempre que a retenção de imposto na fonte exceda o montante do imposto devido nos termos do disposto nos artigos 10.º, 11.º e 12.º, os pedidos de reembolso do imposto pago em excesso devem ser dirigidos à autoridade competente do Estado que cobrou o imposto, no prazo de três anos a contar da expiração do ano civil em que o imposto foi cobrado.

XIII — *Ad* artigos 10.º e 13.º

Entende-se que o rendimento auferido em conexão com a liquidação (parcial) de uma sociedade ou com

a aquisição de acções próprias por uma sociedade é tratado nos Países Baixos como rendimento de acções e não como mais-valias.

XIV — *Ad* artigo 12.º

As *royalties* recebidas como retribuição pelo uso ou pela concessão do uso de contentores no tráfego internacional só podem ser tributadas no Estado Contratante de que o beneficiário efectivo é residente.

XV — *Ad* artigo 16.º

Entende-se que o «conselho de administração ou conselho fiscal» de uma sociedade portuguesa e o «*bestuurder or commissaris*» de uma sociedade dos Países Baixos significa as pessoas designadas como tal pela assembleia geral de accionistas ou por qualquer outro órgão competente dessa sociedade e às quais incumbe, respectivamente, a administração geral da sociedade e a supervisão da mesma.

XVI — *Ad* artigo 18.º

Relativamente ao n.º 2, alínea *b*), do artigo 18.º, entende-se que o desagravamento fiscal de aplicação geral que pode ser deduzido da base do imposto em Portugal em conexão com uma pensão, outra remuneração similar ou renda, não constitui em si mesmo uma circunstância que permita concluir que uma pensão, outra remuneração similar ou renda não são tributadas segundo a taxa geral aplicável ao rendimento de uma actividade dependente, ou que o montante bruto da pensão, de outra remuneração similar ou renda é tributado em menos de 90 %.

XVII — *Ad* artigo 24.º

Entende-se que, no cálculo da redução mencionada no n.º 3 do artigo 24.º, os elementos do capital referidos no n.º 1 do artigo 23.º serão tomados em consideração pelo respectivo valor, deduzido o montante das dívidas garantidas por hipoteca sobre esse capital e os elementos do capital referidos no n.º 2 do artigo 23.º serão tomados em consideração pelo respectivo valor, deduzido o montante das dívidas afectas ao estabelecimento estável ou à instalação fixa.

Em testemunho do qual os signatários, devidamente autorizados para o efeito, assinaram o presente Protocolo.

Feito em duplicado, no Porto, aos 20 dias do mês de Setembro de 1999, nas línguas portuguesa, neerlandesa e inglesa, sendo os três textos igualmente válidos. Em caso de divergência de interpretação entre os textos português e neerlandês, prevalece o texto inglês.

Pela República Portuguesa:

Pelo Reino dos Países Baixos:

DER NEDERLANDEN TOT HET VERMIJDEN VAN DUBBELE BELASTING VERDRAG TUSSEN DE REPUBLIEK PORTUGAL EN HET KONINKRIJK EN HET VOORKOMEN VAN HET ONTGAAN VAN BELASTING MET BETREKKING TOT BELASTINGEN NAAR HET INKOMEN EN NAAR HET VERMOGEN

De Republiek Portugal en het Koninkrijk der Nederlanden, geleid door de wens dat door beide Staten een verdrag wordt gesloten tot het vermijden van dubbele belasting en het voorkomen van het ontgaan van belasting met betrekking tot belastingen naar het inkomen en naar het vermogen, zijn het volgende overeengekomen:

HOOFDSTUK I

REIKWIJDTE VAN HET VERDRAG

Artikel 1

PERSONEN OP WIE HET VERDRAG VAN TOEPASSING IS

Dit Verdrag is van toepassing op personen die inwoner zijn van een van de Verdragsluitende Staten of van beide Verdragsluitende Staten.

Artikel 2

BELASTINGEN WAAROP HET VERDRAG VAN TOEPASSING IS

1. Dit Verdrag is van toepassing op belastingen naar het inkomen en naar het vermogen die, ongeacht de wijze van heffing, worden geheven ten behoeve van een Verdragsluitende Staat of van de staatkundige of administratieve onderdelen of plaatselijke publiekrechtelijke lichamen daarvan.

2. Als belastingen naar het inkomen en naar het vermogen worden beschouwd alle belastingen die worden geheven naar het gehele inkomen, naar het gehele vermogen of naar bestanddelen van het inkomen of van het vermogen, waaronder begrepen belastingen naar voordelen verkregen uit de vervreemding van roerende of onroerende zaken, belastingen naar het totale bedrag van de door ondernemingen betaalde lonen of salarissen, alsmede belastingen naar waardevermeerdering.

3. De bestaande belastingen waarop het Verdrag van toepassing is, zijn met name:

a) in Portugal:

(i) Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS (de inkomstenbelasting van natuurlijke personen);

(ii) Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC (de inkomstenbelasting van lichamen); en

(iii) Derrama (de lokale additionele belasting op de inkomstenbelasting van lichamen);

(hierna te noemen: "Portugese belasting").

b) in Nederland:

(i) de inkomstenbelasting;

(ii) de loonbelasting;

(iii) de vennootschapsbelasting, daaronder begrepen het aandeel van de Regering in de nettowinsten behaald met de exploitatie van natuurlijke rijkdommen geheven krachtens de Mijnwet 1810 met betrekking tot concessies uitgegeven vanaf 1967, of geheven krachtens de Mijnwet continentaal plat 1965;

(iv) de dividendbelasting; en

(v) de vermogensbelasting;

(hierna te noemen: "Nederlandse belasting").

4. Dit Verdrag is ook van toepassing op alle gelijke of in wezen gelijksoortige belastingen die na de datum van ondertekening van het Verdrag naast of in de plaats van de bestaande belastingen worden geheven. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten doen elkaar mededeling van alle wezenlijke wijzigingen die in hun onderscheiden belastingwetgevingen zijn aangebracht.

HOOFDSTUK II

BEGRIPSBEPALINGEN

Artikel 3

ALGEMENE BEGRIPSBEPALINGEN

1. Voor de toepassing van dit Verdrag, tenzij de context anders vereist:

a) betekenen de uitdrukkingen "een Verdragsluitende Staat" en "de andere Verdragsluitende Staat" Portugal of Nederland, al naar de context vereist;

b) betekent de uitdrukking "Portugal" het grondgebied van de Republiek Portugal dat is gelegen op het Europese continent, de eilandengroep van de Azoren en Madeira, hun respectievelijke territoriale zee en elk ander gebied waarbinnen de Republiek Portugal, in overeenstemming met de Portugese wetgeving en het internationale recht, rechtsbevoegdheid of soevereine rechten heeft met betrekking tot de exploratie en exploitatie van de natuurlijke rijkdommen van de zeebodem en de ondergrond, en van de daarboven gelegen wateren;

c) betekent de uitdrukking "Nederland" het deel van het Koninkrijk der Nederlanden dat in Europa is gelegen, met inbegrip van zijn territoriale zee en elk gebied buiten de territoriale zee waarbinnen Nederland, in overeenstemming met het internationale recht, rechtsbevoegdheid heeft of soevereine rechten uitoefent met betrekking tot de zeebodem, de ondergrond daarvan en de daarboven gelegen wateren, en hun natuurlijke rijkdommen;

d) betekent de uitdrukking "belasting" Portugese belasting of Nederlandse belasting, al naar de context vereist;

e) omvat de uitdrukking "persoon" een natuurlijke persoon, een lichaam en elke andere vereniging van personen;

f) betekent de uitdrukking "lichaam" elke rechtspersoon of elke eenheid die voor de belastingheffing als een rechtspersoon wordt behandeld;

g) betekenen de uitdrukkingen "onderneming van een Verdragsluitende Staat" en "onderneming van de andere Verdragsluitende Staat" onderscheidenlijk een onderneming gedreven door een inwoner van een Verdragsluitende Staat en een onderneming gedreven door een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat;

h) betekent de uitdrukking "internationaal verkeer" alle vervoer met een schip of luchtvaartuig, geëxploiteerd door een onderneming waarvan de plaats van werkelijke leiding in een Verdragsluitende Staat is gelegen, behalve wanneer het schip of luchtvaartuig uitsluitend wordt geëxploiteerd tussen plaatsen die in de andere Verdragsluitende Staat zijn gelegen;

i) betekent de uitdrukking "bevoegde autoriteit":

(i) in Portugal de Minister van Financiën, de Directeur-Generaal der Belastingen (Director-Geral dos Impostos) of hun bevoegde vertegenwoordiger;

(ii) in Nederland de Minister van Financiën of zijn bevoegde vertegenwoordiger;

j) betekent de uitdrukking "onderdanen":

(i) iedere natuurlijke persoon die de nationaliteit van een Verdragsluitende Staat bezit;

(ii) iedere rechtspersoon, vennootschap of vereniging die zijn of haar rechtspositie als zodanig ontleent aan de wetgeving die in een Verdragsluitende Staat van kracht is.

2. Voor de toepassing van het Verdrag door een Verdragsluitende Staat op enig moment heeft, tenzij de context anders vereist, elke daarin niet omschreven uitdrukking de betekenis welke die uitdrukking op dat moment heeft volgens de wetgeving van die Staat met betrekking tot de belastingen waarop het Verdrag van toepassing is, waarbij elke betekenis volgens de toepasselijke belastingwetgeving van die Staat prevaleert boven een betekenis die volgens andere wetgeving van die Staat aan de uitdrukking wordt gegeven.

Artikel 4

INWONER

1. Voor de toepassing van dit Verdrag betekent de uitdrukking "inwoner van een Verdragsluitende Staat" iedere persoon die, ingevolge de wetgeving van die Staat, aldaar aan belasting is onderworpen op grond van zijn woonplaats, verblijf, plaats van leiding of enige andere soortgelijke omstandigheid, en met inbegrip van die Staat en een staatkundig of administratief onderdeel of plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan. Deze uitdrukking omvat echter niet een persoon die in die Staat slechts aan belasting is onderworpen ter zake van inkomsten uit bronnen in die Staat of van vermogen dat in die Staat is gelegen.

2. Indien een natuurlijke persoon ingevolge de bepalingen van het eerste lid inwoner van beide Verdragsluitende Staten is, wordt zijn positie als volgt bepaald:

a) hij wordt geacht slechts inwoner te zijn van de Staat waar hij een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft; indien hij in beide Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht slechts inwoner te zijn van de Staat waarmede zijn persoonlijke en economische betrekkingen het nauwst zijn (middelpunt van de levensbelangen);

b) indien niet kan worden bepaald in welke Staat hij het middelpunt van zijn levensbelangen heeft, of indien hij in geen van de Staten een duurzaam tehuis tot zijn beschikking heeft, wordt hij geacht slechts inwoner te zijn van de Staat waarin hij gewoonlijk verblijft;

c) indien hij in beide Staten of in geen van beide gewoonlijk verblijft, wordt hij geacht slechts inwoner te zijn van de Staat waarvan hij onderdaan is;

d) indien hij onderdaan is van beide Staten of van geen van beide, regelen de bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming.

3. Indien een andere dan een natuurlijke persoon ingevolge de bepalingen van het eerste lid inwoner van beide Verdragsluitende Staten is, wordt hij geacht slechts inwoner te zijn van de Staat waar de plaats van zijn werkelijke leiding is gelegen.

Artikel 5

VASTE INRICHTING

1. Voor de toepassing van dit Verdrag betekent de uitdrukking "vaste inrichting" een vaste bedrijfsinrichting door middel waarvan de werkzaamheden van een onderneming geheel of gedeeltelijk worden uitgeoefend.

2. De uitdrukking "vaste inrichting" omvat in het bijzonder:

a) een plaats waar leiding wordt gegeven;

b) een filiaal;

c) een kantoor;

d) een fabriek;

e) een werkplaats, en

f) een mijn, een olie- of gasbron, een (steen)groeve of een andere plaats waar natuurlijke rijkdommen worden gewonnen, daarbij inbegrepen een vaste installatie of vast bouwsel gebruikt voor de exploratie en exploitatie van natuurlijke rijkdommen.

3. De uitdrukking "vaste inrichting" omvat eveneens:

a) een plaats van uitvoering van een bouwwerk of van constructie- of montagewerkzaamheden of toezichthoudende werkzaamheden die daarmee verband houden, maar alleen indien die uitvoering van een bouwwerk of die werkzaamheden een periode van meer dan zes maanden voortduren;

b) het verlenen van diensten, daaronder begrepen diensten van adviserende aard, door een onderneming door middel van werknemers of ander personeel, maar alleen indien werkzaamheden van dien aard (voor hetzelfde of een daarmee samenhangend project) in het land worden verricht gedurende een tijdvak of tijdvakken die in een tijdvak van twaalf maanden een totaal van zes maanden te boven gaan.

4. Niettegenstaande de voorgaande bepalingen van dit artikel wordt de uitdrukking "vaste inrichting" niet geacht te omvatten:

a) het gebruik maken van inrichtingen, uitsluitend voor opslag, uitstalling of aflevering van aan de onderneming toebehorende goederen of koopwaar;

b) het aanhouden van een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen of koopwaar, uitsluitend voor opslag, uitstalling of aflevering;

c) het aanhouden van een voorraad van aan de onderneming toebehorende goederen of koopwaar, uitsluitend voor bewerking of verwerking door een andere onderneming;

d) het aanhouden van een vaste bedrijfsinrichting, uitsluitend om voor de onderneming goederen of koopwaar aan te kopen of inlichtingen in te winnen;

e) het aanhouden van een vaste bedrijfsinrichting, uitsluitend om voor de onderneming enige andere werkzaamheid uit te oefenen die van voorbereidende aard is of het karakter van hulpwerkzaamheid heeft;

f) het aanhouden van een vaste bedrijfsinrichting, uitsluitend voor een combinatie van de in de letters a) tot en met e) genoemde werkzaamheden, mits het totaal van de werkzaamheden van de vaste bedrijfsinrichting dat uit deze combinatie voortvloeit van voorbereidende aard is of het karakter van hulpwerkzaamheid heeft.

5. Indien een persoon - niet zijnde een onafhankelijke vertegenwoordiger waarop het zesde lid van toepassing is - in een Verdragsluitende Staat namens een onderneming van de andere Verdragsluitende Staat werkzaam is, wordt die onderneming, niettegenstaande de bepalingen van het eerste en tweede lid, geacht in de eerstgenoemde Staat een vaste inrichting te hebben, indien de persoon:

a) een machtiging bezit om namens de onderneming overeenkomsten af te sluiten en dit recht in die Staat gewoonlijk uitoefent, tenzij zijn werkzaamheden beperkt blijven tot de aankoop van goederen of koopwaar voor de onderneming; of

b) zulk een machtiging niet bezit, maar gewoonlijk in de eerstgenoemde Staat een voorraad goederen of koopwaar aanhoudt waaruit hij namens de onderneming regelmatig goederen of koopwaar aflevert en namens de onderneming enkele aanvullende werkzaamheden verrichtte in die Staat die hebben bijgedragen aan de verkoop van goederen of koopwaar.

6. Een onderneming van een Verdragsluitende Staat wordt niet geacht een vaste inrichting in een Verdragsluitende Staat te bezitten alleen op grond van de omstandigheid dat zij in die Staat zaken doet door bemiddeling van een makelaar, commissionair of enige andere onafhankelijke vertegenwoordiger, mits deze personen in de normale uitoefening van hun bedrijf handelen. Indien de werkzaamheden van zulk een vertegenwoordiger echter uitsluitend of nagenoeg uitsluitend worden verricht voor die onderneming, wordt hij niet geacht een onafhankelijke vertegenwoordiger te zijn in de zin van dit lid indien wordt aangetoond dat de handelingen tussen de vertegenwoordiger en de onderneming hebben plaatsgevonden, onder voorwaarden die afwijken van die welke tussen onafhankelijke partijen zouden gelden.

7. De omstandigheid dat een lichaam dat inwoner is van een Verdragsluitende Staat, een lichaam beheerst of door een lichaam wordt beheerst dat inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat of dat in die andere Staat zaken doet (hetzij door middel van een vaste inrichting, hetzij op andere wijze), stempelt een van beide lichamen niet tot een vaste inrichting van het andere.

HOOFDSTUK III

BELASTINGHEFFING NAAR HET INKOMEN

Artikel 6

INKOMSTEN UIT ONROERENDE ZAKEN

1. Inkomsten verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat uit onroerende zaken (waaronder begrepen voordelen uit landbouw- of bosbedrijven) die in de andere Verdragsluitende Staat zijn gelegen mogen in die andere Staat worden belast.

2. De uitdrukking "onroerende zaken" heeft de betekenis welke die uitdrukking heeft volgens de wetgeving van de Verdragsluitende Staat waarin de desbetreffende zaken zijn gelegen. De uitdrukking omvat in ieder geval de zaken die bij de onroerende zaken behoren, levende en dode have van landbouw- en bosbedrijven, rechten waarop de bepalingen van het privaatrecht betreffende de grondeigendom van toepassing zijn, vruchtgebruik van onroerende zaken en rechten op veranderlijke of vaste vergoedingen ter zake van de exploitatie, of concessie tot exploitatie, van minerale aardlagen, bronnen en andere natuurlijke rijkdommen; schepen, boten en luchtvaartuigen worden niet als onroerende zaken beschouwd.

3. De bepalingen van het eerste lid zijn van toepassing op de inkomsten verkregen uit de rechtstreekse exploitatie, uit het verhuren of het verpachten, of uit elke andere vorm van exploitatie van onroerende zaken.

4. De bepalingen van het eerste en derde lid zijn ook van toepassing op inkomsten uit onroerende zaken van een onderneming en op inkomsten uit onroerende zaken die worden gebruikt voor het verrichten van zelfstandige arbeid.

Artikel 7

WINST UIT ONDERNEMING

1. De voordelen van een onderneming van een Verdragsluitende Staat zijn slechts in die Staat belastbaar, tenzij de onderneming in de andere Verdragsluitende Staat haar bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting. Indien de onderneming aldus haar bedrijf uitoefent, mogen de voordelen van de onderneming in de andere Staat worden belast, maar slechts in zoverre als zij aan die vaste inrichting kunnen worden toegerekend.

2. Onverminderd de bepalingen van het derde lid worden, indien een onderneming van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat haar bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, in elk van de Verdragsluitende Staten aan die vaste inrichting de voordelen toegerekend die zij geacht zou kunnen worden te behalen, indien zij een zelfstandige onderneming zou zijn die dezelfde of soortgelijke werkzaamheden zou uitoefenen onder dezelfde of soortgelijke omstandigheden en die geheel onafhankelijk transacties zou aangaan met de onderneming waarvan zij een vaste inrichting is.

3. Bij het bepalen van de voordelen van een vaste inrichting worden in aftrek toegelaten kosten, daaronder begrepen kosten van de leiding en algemene beheerskosten, die ten behoeve van de vaste inrichting zijn gemaakt, hetzij in de Staat waarin de vaste inrichting is gevestigd, hetzij elders.

4. Voor zover het in een Verdragsluitende Staat gebruikelijk is de aan een vaste inrichting toe te rekenen voordelen te bepalen op basis van een verdeling van de totale winst van de onderneming over haar verschillende delen, belet het tweede lid die Verdragsluitende Staat niet de te belasten voordelen te bepalen volgens de gebruikelijke verdeling; de gevolgde methode van verdeling moet echter zodanig zijn, dat het resultaat in overeenstemming is met de in dit artikel neergelegde beginselen.

5. Er worden geen voordelen aan een vaste inrichting toegerekend enkel op grond van de aankoop door die vaste inrichting van goederen of koopwaar voor de onderneming.

6. Voor de toepassing van de voorgaande leden worden de aan de vaste inrichting toe te rekenen voordelen van jaar tot jaar volgens dezelfde methode bepaald, tenzij er een goede en genoegzame reden bestaat hiervan af te wijken.

7. Indien in de voordelen bestanddelen zijn begrepen die afzonderlijk in andere artikelen van dit Verdrag worden behandeld, laten de bepalingen van dit artikel de bepalingen van die artikelen onverlet.

Artikel 8

ZEE- EN LUCHTVAART

1. Voordelen uit de exploitatie van schepen of luchtvaartuigen in internationaal verkeer zijn slechts belastbaar in de Verdragsluitende Staat waarin de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

2. Indien de plaats van de werkelijke leiding van een zeescheepvaartonderneming zich aan boord van een schip bevindt, wordt deze plaats geacht te zijn gelegen in de Verdragsluitende Staat waar de thuishaven van het schip is gelegen, of, indien er geen thuishaven is, in de Verdragsluitende Staat waarvan de exploitant van het schip inwoner is.

3. De bepalingen van het eerste lid zijn ook van toepassing op voordelen uit de deelneming in een "pool", een gemeenschappelijke onderneming of een internationaal opererend agentschap.

Artikel 9

GELIEERDE ONDERNEMINGEN

1. Indien:

a) een onderneming van een Verdragsluitende Staat onmiddellijk of middellijk deelneemt aan de leiding van, aan het toezicht op dan wel in het kapitaal van een onderneming van de andere Verdragsluitende Staat, of

b) dezelfde personen onmiddellijk of middellijk deelnemen aan de leiding van, aan het toezicht op dan wel in het kapitaal van een onderneming van een Verdragsluitende Staat en een onderneming van de andere Verdragsluitende Staat,

en in het ene of in het andere geval tussen de beide ondernemingen in hun handelsbetrekkingen of financiële betrekkingen voorwaarden worden overeengekomen of opgelegd, die afwijken van die welke zouden worden overeengekomen tussen onafhankelijke onder-nemingen, mogen alle voordelen die een van de ondernemingen zonder deze voorwaarden zou hebben behaald, maar ten gevolge van die voorwaarden niet heeft behaald, worden begrepen in de voordelen van die onderneming en dienovereenkomstig worden belast.

2. Indien een Verdragsluitende Staat in de voordelen van een onderneming van die Staat voordelen begrijpt - en dienovereenkomstig belast - ter zake waarvan een onderneming van de andere Verdragsluitende Staat in die andere Staat in de belastingheffing is betrokken en deze voordelen bestaan uit voordelen welke de onderneming van de eerstbedoelde Staat zou hebben behaald indien tussen de beide ondernemingen zodanige voorwaarden zouden zijn overeengekomen als die welke tussen onafhankelijke ondernemingen zouden zijn overeengekomen, zal die andere Staat het bedrag aan belasting dat in die Staat over die voordelen is geheven, dienovereenkomstig aanpassen. Bij de vaststelling van deze aanpassing wordt rekening gehouden met de overige bepalingen van dit Verdrag en plegen de bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten zo nodig met elkaar overleg.

Artikel 10

DIVIDENDEN

1. Dividenden betaald door een lichaam dat inwoner is van een Verdragsluitende Staat aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast.

2. Deze dividenden mogen echter ook in de Verdragsluitende Staat waarvan het lichaam dat de dividenden betaalt inwoner is, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar indien de uiteindelijk gerechtigde tot de dividenden een inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat, mag de aldus geheven belasting 10 percent van het brutobedrag van de dividenden niet overschrijden.

3. De bepalingen van het tweede lid zijn niet van toepassing op dividenden die een lichaam dat inwoner is van een Verdragsluitende Staat betaalt aan een lichaam dat inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat, terzake waarvan de bepalingen van de Richtlijn betreffende de gemeenschappelijke fiscale regeling voor moedermaatschappijen en dochterondernemingen uit verschillende Lid-Staten (90/435/EEG), zoals deze eventueel kan worden gewijzigd, van toepassing zijn.

4. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten regelen in onderlinge overeenstemming de wijze van toepassing van het tweede en het derde lid.

5. De bepalingen van het tweede en derde lid laten onverlet de belastingheffing van het lichaam ter zake van de winst waaruit de dividenden worden betaald.

6. De uitdrukking "dividenden", zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit aandelen, winstaandelen of winstbewijzen, mijnaandelen, oprichtersaandelen of andere rechten, niet zijnde schuldvorderingen, die aanspraak geven op een aandeel in de winst, alsmede inkomsten uit andere vennootschappelijke rechten die door de wetgeving van de Staat waarvan het lichaam dat de uitdeling doet inwoner is, op dezelfde wijze aan de belastingheffing worden onderworpen als inkomsten uit aandelen.

7. De bepalingen van het eerste en tweede lid zijn niet van toepassing indien de uiteindelijk gerechtigde tot de dividenden, die inwoner is van een Verdragsluitende Staat, in de andere Verdragsluitende Staat waarvan het lichaam dat de dividenden betaalt inwoner is, een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, of in die andere Staat zelfstandige arbeid verricht vanuit een aldaar gevestigd vast middelpunt, en het aandelenbezit uit hoofde waarvan de dividenden worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting of tot het beroepsvermogen van dat vaste middelpunt behoort. In dat geval zijn, naar gelang van het geval, de bepalingen van artikel 7 of artikel 14 van toepassing.

8. Indien een lichaam dat inwoner is van een Verdragsluitende Staat, voordelen of inkomsten verkrijgt uit de andere Verdragsluitende Staat, mag die andere Staat geen belasting heffen op de dividenden die door het lichaam worden betaald, behalve voor zover deze dividenden worden betaald aan een inwoner van die andere Staat of voor zover het aandelenbezit uit hoofde waarvan de dividenden worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van een in die andere Staat gevestigde vaste inrichting of tot het beroepsvermogen van een aldaar gevestigd vast middelpunt behoort, noch de niet-uitgedeelde winst van het lichaam onderwerpen aan een belasting op niet-uitgedeelde winst van het lichaam, zelfs indien de betaalde dividenden of de niet-uitgedeelde winst geheel of gedeeltelijk bestaan uit voordelen of inkomsten die uit die andere Staat afkomstig zijn.

Artikel 11

INTEREST

1. Interest afkomstig uit een Verdragsluitende Staat en betaald aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat, mag in die andere Staat worden belast.

2. Deze interest mag echter ook in de Verdragsluitende Staat waaruit zij afkomstig is, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar indien de uiteindelijk gerechtigde tot de interest inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat, mag de aldus geheven belasting 10 percent van het brutobedrag van de interest niet overschrijden.

3. Niettegenstaande de bepalingen van het tweede lid is interest afkomstig uit een Verdragsluitende Staat vrijgesteld van belasting in die Staat:

a) indien de schuldenaar van zulke interest die Staat is, een staatkundig of administratief onderdeel of plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan, de centrale bank of instellingen die overheidsdiensten verrichten; of

b) indien de interest wordt betaald aan de andere Verdragsluitende Staat, een staatkundig of administratief onderdeel of plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan, de centrale bank of elke andere instelling (daaronder begrepen een financiële instelling) overeengekomen door de bevoegde autoriteiten van de beide Verdragsluitende Staten.

4. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten regelen in onderlinge overeenstemming de wijze van toepassing van het tweede en derde lid.

5. a) Indien een EG-Richtlijn betreffende de belastingheffing van interest van particuliere spaartegoeden in werking treedt en indien, ingevolge deze Richtlijn, zoals deze eventueel kan worden gewijzigd, interest afkomstig uit een Verdragsluitende Staat en betaald aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat ook mag worden belast in de Verdragsluitende Staat waaruit de interest afkomstig is, dan zullen met betrekking tot zulke interest de bepalingen van die Richtlijn van toepassing zijn in plaats van de bepalingen van dit artikel.

b) Indien een EG-Richtlijn die voorziet in een gemeenschappelijke belastingregeling inzake betaalde interest en royalty's tussen ondernemingen in werking treedt en zoals deze eventueel kan worden gewijzigd, dan zullen met betrekking tot zulke interest de bepalingen van die Richtlijn van toepassing zijn in plaats van de bepalingen van dit artikel.

6. De uitdrukking "interest", zoals gebezigd in dit artikel, betekent inkomsten uit schuldvorderingen van welke aard ook, al dan niet verzekerd door hypotheek en al dan niet aanspraak gevend op een aandeel in de winst van de schuldenaar, en in het bijzonder inkomsten uit overheidsleningen en inkomsten uit obligaties of schuldbewijzen, waaronder begrepen de aan zodanige leningen, obligaties of schuldbewijzen verbonden premies en prijzen. In rekening gebrachte boete voor te late betaling wordt voor de toepassing van dit artikel niet als interest aangemerkt.

7. De bepalingen van het eerste en tweede lid zijn niet van toepassing indien de uiteindelijk gerechtigde tot de interest, die inwoner is van een Verdragsluitende Staat, in de andere Verdragsluitende Staat waaruit de interest afkomstig is een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, of in die andere Staat zelfstandige arbeid verricht vanuit een aldaar gevestigd vast middelpunt, en de vordering uit hoofde waarvan de interest wordt betaald tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting of tot het beroepsvermogen van dat vaste middelpunt behoort. In dat geval zijn, naar gelang van het geval, de bepalingen van artikel 7 of artikel 14 van toepassing.

8. Interest wordt geacht uit een Verdragsluitende Staat afkomstig te zijn, indien zij wordt betaald door een inwoner van die Staat. Indien evenwel de persoon die de interest betaalt, of hij inwoner van een Verdragsluitende Staat is of niet, in een Verdragsluitende Staat een vaste inrichting of een vast middelpunt heeft, waarvoor de schuld ter zake waarvan de interest wordt betaald, was aangegaan, en deze interest ten laste komt van die vaste inrichting of van dat vaste middelpunt, wordt deze interest geacht afkomstig te zijn uit de Staat waar de vaste inrichting of het vaste middelpunt is gevestigd.

9. Indien, wegens een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde of tussen hen beiden en een derde, het bedrag van de betaalde interest, gelet op de schuldvordering ter zake waarvan deze wordt betaald, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval blijft het daarboven uitgaande deel van het betaalde bedrag belastbaar overeenkomstig de wetgeving van elk van de Verdragsluitende Staten, zulks met inachtneming van de overige bepalingen van dit Verdrag.

Artikel 12

ROYALTY'S

1. Royalty's afkomstig uit een Verdragsluitende Staat en betaald aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat mogen in die andere Staat worden belast.

2. Deze royalty's mogen echter ook in de Verdragsluitende Staat waaruit zij afkomstig zijn, overeenkomstig de wetgeving van die Staat worden belast, maar indien de uiteindelijk gerechtigde tot de royalty's een inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat, mag de aldus geheven belasting 10 percent van het brutobedrag van de royalty's niet overschrijden.
De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten regelen in onderlinge overeenstemming de wijze van toepassing van dit lid.

3. Indien een EG-Richtlijn, die voorziet in een gemeenschappelijke belastingregeling voor betaalde interest en royalty's tussen ondernemingen in werking treedt en zoals deze eventueel kan worden gewijzigd, dan zullen met betrekking tot zulke royalty's de bepalingen van die Richtlijn van toepassing zijn in plaats van de bepalingen van dit artikel.

4. De uitdrukking "royalty's", zoals gebezigd in dit artikel, betekent vergoedingen van welke aard ook voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van een auteursrecht op een werk op het gebied van letterkunde, kunst of wetenschap, waaronder begrepen bioscoopfilms en film en geluidsbanden voor radio- of televisieuitzending, een octrooi, een fabrieks- of handelsmerk, een tekening of model, een plan, een geheim recept of een geheime werkwijze, dan wel voor het gebruik van, of voor het recht van gebruik van nijverheids-, handels- of wetenschappelijke uitrusting, of voor inlichtingen omtrent ervaringen op het gebied van nijverheid, handel of wetenschap.
De uitdrukking "royalty's" omvat tevens vergoedingen voor technische bijstand in verband met het gebruik van, of voor het recht van gebruik van een auteursrecht, goederen of informatie zoals naar verwezen is in dit lid.

5. De bepalingen van het eerste en het tweede lid zijn niet van toepassing, indien de uiteindelijk gerechtigde tot de royalty's, die inwoner is van een Verdragsluitende Staat, in de andere Verdragsluitende Staat waaruit de royalty's afkomstig zijn een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, of in die andere Staat zelfstandige arbeid verricht vanuit een aldaar gevestigd vast middelpunt, en het recht of de zaak uit hoofde waarvan de royalty's worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting of tot het beroepsvermogen van dat vaste middelpunt behoort. In dat geval zijn, naar gelang van het geval, de bepalingen van artikel 7 of artikel 14 van toepassing.

6. Royalty's worden geacht uit een Verdragsluitende Staat afkomstig te zijn indien zij worden betaald door een inwoner van die Staat. Indien evenwel de persoon die de royalty's betaalt of hij inwoner van een Verdragsluitende Staat is of niet, in een Verdragsluitende Staat een vaste inrichting of een vast middelpunt heeft, waarvoor de verplichting tot het betalen van de royalty's was aangegaan, en deze royalty's ten laste komen van die vaste inrichting of van dat vaste middelpunt, worden deze royalty's geacht afkomstig te zijn uit de Staat waar de vaste inrichting of het vaste middelpunt is gevestigd.

7. Indien, wegens een bijzondere verhouding tussen de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde of tussen hen beiden en een derde, het bedrag van de betaalde royalty's, gelet op het gebruik, het recht of de inlichtingen waarvoor zij worden betaald, hoger is dan het bedrag dat zonder zulk een verhouding door de schuldenaar en de uiteindelijk gerechtigde zou zijn overeengekomen, zijn de bepalingen van dit artikel slechts op het laatstbedoelde bedrag van toepassing. In dat geval blijft het daarboven uitgaande deel van het betaalde bedrag belastbaar overeenkomstig de wetgeving van elk van de Verdragsluitende Staten, zulks met inachtneming van de overige bepalingen van dit Verdrag.

Artikel 13

VERMOGENSWINSTEN

1. Voordelen verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat uit de vervreemding van onroerende zaken, zoals bedoeld in artikel 6 en die zijn gelegen in de andere Verdragsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast.

2. Voordelen verkregen uit de vervreemding van roerende goederen die deel uitmaken van het bedrijfsvermogen van een vaste inrichting die een onderneming van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat heeft, of van roerende goederen die behoren tot een vast middelpunt dat een inwoner van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat tot zijn beschikking heeft voor het verrichten van zelfstandige arbeid, waaronder begrepen voordelen verkregen uit de vervreemding van de vaste inrichting (alleen of met de gehele onderneming) of van het vaste middelpunt, mogen in die andere Staat worden belast.

3. Voordelen verkregen uit de vervreemding van schepen of luchtvaartuigen die in internationaal verkeer worden geëxploiteerd of van roerende goederen die worden gebruikt bij de exploitatie van deze schepen of luchtvaartuigen zijn slechts belastbaar in de Verdragsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen. Voor de toepassing van dit lid zijn de bepalingen van het tweede lid van artikel 8 van toepassing.

4. Voordelen verkregen uit de vervreemding van alle andere goederen dan die bedoeld in het eerste, tweede en derde lid zijn slechts belastbaar in de Verdragsluitende Staat waarvar de vervreemder inwoner is.

5. Niettegenstaande de bepalingen van het vierde lid, mag een Verdragsluitende Staat overeenkomstig zijn eigen wetgeving, de betekenis van de uitdrukking «vervreemding» daaronder begrepen, belasting heffen over voordelen door een natuurlijke persoon die inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat verkregen uit de vervreemding van aandelen in, winstbewijzen van of schuldvorderingen op, een lichaam met een in aandelen verdeeld kapitaal, dat volgens de wetgeving van de eerstbedoelde Verdragsluitende Staat inwoner is van die Staat, alsmede uit de vervreemding van een gedeelte van de in die aandelen, winstbewijzen of schuldvorderingen besloten liggende rechten, indien die natuurlijke persoon - al dan niet tezamen met zijn echtgenoot - dan wel een van hun bloed- of aanverwanten in de rechte lijn onmiddellijk of middellijk ten minste vijf percent bezit van het geplaatste kapitaal van een bepaalde soort van aandelen van dat lichaam. Deze bepaling vindt alleen toepassing wanneer de natuurlijke persoon die de voordelen verkrijgt in de loop van de laatste tien jaren voorafgaande aan het jaar waarin de voordelen worden verkregen inwoner van de eerstbedoelde Staat is geweest en mits op het tijdstip waarop hij inwoner werd van de andere Verdragsluitende Staat werd voldaan aan eerdergenoemde voorwaarden ten aanzien van het aandelenbezit in eerdergenoemde lichaam.

In de gevallen waarin ingevolge de nationale wetgeving van eerstbedoelde Verdragsluitende Staat aan de natuurlijke persoon een aanslag is opgelegd terzake van de bij diens emigratie uit eerstbedoelde Verdragsluitende Staat aangenomen vervreemding van vorenbedoelde aandelen, geldt het vorenstaande alleen voor zover er van deze aanslag nog een bedrag openstaat.

Artikel 14

ZELFSTANDIGE ARBEID

1. Voordelen verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat in de uitoefening van een vrij beroep of ter zake van andere werkzaamheden van zelfstandige aard zijn slechts in die Staat belastbaar, behalve onder de volgende omstandigheden waarin zodanige voordelen ook in de andere Verdragsluitende Staat mogen worden belast:

a) indien hij in de andere Verdragsluitende Staat voor het verrichten van zijn werkzaamheden geregeld over een vast middelpunt beschikt; in dat geval mogen de voordelen slechts in zoverre zij aan dat vaste middelpunt kunnen worden toegekend, in die andere Staat worden belast;

b) indien hij in de andere Verdragsluitende Staat verblijft gedurende een tijdvak of tijdvakken, die in een tijdvak van twaalf maanden beginnend of eindigend in het desbetreffende belastingjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan; in dat geval mogen de voordelen slechts in zoverre zij worden verkregen uit zijn in de andere Staat verrichte werkzaamheden, in die andere Staat worden belast.

2. De uitdrukking "vrij beroep" omvat in het bijzonder zelfstandige werkzaamheden op het gebied van wetenschap, letterkunde, kunst, opvoeding of onderwijs, alsmede de zelfstandige werkzaamheden van artsen, advocaten, technici, architecten, tandartsen en accountants.

Artikel 15

NIET-ZELFSTANDIGE ARBEID

1. Onverminderd de bepalingen van de artikelen 16, 18, 19, 20 en 21 zijn salarissen, lonen en andere soortgelijke beloningen verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking slechts in die Staat belastbaar, tenzij de dienstbetrekking in de andere Verdragsluitende Staat wordt uitgeoefend. Indien de dienstbetrekking aldaar wordt uitgeoefend, mag de ter zake daarvan verkregen beloning in die andere Staat worden belast.

2. Niettegenstaande de bepalingen van het eerste lid is de beloning verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat ter zake van een in de andere Verdragsluitende Staat uitgeoefende dienstbetrekking slechts in de eerstbedoelde Staat belastbaar, indien:

a) de genieter in de andere Staat verblijft gedurende een tijdvak of tijdvakken, die in een tijdvak van 12 maanden beginnend of eindigend in het desbetreffende belastingjaar een totaal van 183 dagen niet te boven gaan, en

b) de beloning wordt betaald door of namens een werkgever die geen inwoner van de andere Staat is, en

c) de beloning niet ten laste komt van een vaste inrichting die, of van een vast middelpunt dat, de werkgever in de andere Staat heeft.

3. Niettegenstaande de voorgaande bepalingen van dit artikel mag de beloning verkregen ter zake van een dienstbetrekking uitgeoefend aan boord van een schip of luchtvaartuig dat in internationaal verkeer wordt geëxploiteerd, worden belast in de Verdragsluitende Staat waarin de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen.

Artikel 16

DIRECTEURSBELONINGEN

Directeursbeloningen en andere vergoedingen verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat in zijn hoedanigheid van lid van de raad van beheer of raad van toezicht (in Portugal, conselho de administração of conselho fiscal; in Nederland, bestuurder of commissaris) of een ander soortgelijk orgaan van een lichaam dat inwoner is van de andere Verdragsluitende Staat, mogen in die andere Staat worden belast, mits beloningen betaald door dat lichaam aan een lid van die organen voor de uitoefening van een aaneengesloten werkzaamheid belastbaar zijn ingevolge de bepalingen van artikel 15.

Artikel 17

ARTIESTEN EN SPORTBEOEFENAARS

1. Niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 14 en 15, mogen voordelen of inkomsten, verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat als artiest, zoals een toneelspeler, een film-, radio- of televisie-artiest of een musicus, of als sportbeoefenaar, uit zijn persoonlijke werkzaamheden als zodanig die worden verricht in de andere Verdragsluitende Staat, worden belast in die andere Staat.

2. Indien voordelen of inkomsten ter zake van persoonlijke werkzaamheden die door een artiest of een sportbeoefenaar in die hoedanigheid worden verricht, niet aan de artiest of sportbeoefenaar zelf toekomen, maar aan een andere persoon, mogen die voordelen of inkomsten, niettegenstaande de bepalingen van de artikelen 7, 14 en 15, worden belast in de

Verdragsluitende Staat waarin de werkzaamheden van de artiest of sportbeoefenaar worden verricht.

3. Het eerste en tweede lid zijn niet van toepassing op voordelen of inkomsten die worden verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat uit werkzaamheden die worden verricht in de andere Verdragsluitende Staat, indien het bezoek aan die andere Staat geheel of grotendeels wordt bekostigd uit de openbare middelen van de eerstgenoemde Staat, een staatkundig of administratief onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan, of plaatsvindt in het kader van een culturele overeenkomst of regeling tussen de Regeringen van de Verdragsluitende Staten. In een zodanig geval zijn de voordelen of inkomsten slechts belastbaar in de Verdragsluitende Staat waarvan de artiest of de sportbeoefenaar inwoner is.

Artikel 18

PENSIOENEN, LIJFRENTEN EN SOCIALE ZEKERHEIDSUITKERINGEN

1. Onder voorbehoud van de bepalingen van artikel 19, tweede lid, zijn pensioenen en andere soortgelijke beloningen betaald aan een inwoner van een Verdragsluitende Staat ter zake van een vroegere dienstbetrekking alsmede lijfrenten betaald aan een inwoner van een Verdragsluitende Staat, slechts in die Staat belastbaar. Ieder pensioen en andere uitkering betaald krachtens de bepalingen van een sociale zekerheidsstelsel van een Verdragsluitende Staat aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat, zijn slechts in die andere Staat belastbaar.

2. Niettegenstaande het bepaalde in het eerste lid, mag een pensioen of andere soortgelijke beloning, lijfrente, of ieder pensioen en andere uitkering betaald krachtens de bepalingen van een sociale zekerheidsstelsel van een Verdragsluitende Staat, ook worden belast in de Verdragsluitende Staat waaruit deze afkomstig is, overeenkomstig de wetgeving van die Staat:

a) indien en voor zover de aanspraak op dit pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente in de Verdragsluitende Staat, waaruit het pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente afkomstig is, van belasting is vrijgesteld, dan wel de met het pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente samenhangende bijdragen aan de pensioenregeling of verzekeringsmaatschappij, in het verleden bij het bepalen van het in die Staat belastbare inkomen in aftrek zijn gebracht, dan wel anderszins in die Staat in aanmerking zijn gekomen voor een fiscale faciliëring; en

b) indien en voor zover dit pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente in de Verdragsluitende Staat, waarvan de genieter van het pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente inwoner is, niet tegen het algemeen van toepassing zijnde belastingtarief voor inkomsten verkregen uit niet-zelfstandige arbeid, dan wel het brutobedrag van dat pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente voor minder dan 90 percent, in de belastingheffing wordt betrokken; en

c) indien het totale brutobedrag van de pensioenen en andere soortgelijke beloning of lijfrenten en ieder pensioen en andere uitkering betaald krachtens de bepalingen van een sociale zekerheidsstelsel van een Verdragsluitende Staat, in enig kalenderjaar een bedrag van 10.000 Euro te boven gaat.

3. Niettegenstaande de bepalingen van het eerste en tweede lid, mag, indien dit pensioen of andere soortgelijke beloning geen periodiek karakter draagt, wordt betaald ter zake van een vroegere dienstbetrekking in de andere Verdragsluitende Staat en uitbetaling plaatsvindt vóór de datum waarop het pensioen ingaat, of indien in plaats van het recht op lijfrente vóór de datum waarop de lijfrente ingaat een afkoopsom wordt betaald, de betaling of deze afkoopsom ook in de Verdragsluitende Staat waaruit zij afkomstig is worden belast.

4. Een pensioen of andere soortelijke beloning of lijfrente wordt geacht afkomstig te zijn uit een Verdragsluitende Staat indien en voorzover de met dit pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente samenhangende bijdragen of betalingen, dan wel de aanspraken op dit pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente in die Staat in aanmerking zijn gekomen voor een fiscale faciliëring. De ingevolge dit artikel aan een Verdragsluitende Staat toegekende heffingsrechten worden op geen enkele wijze beperkt door de overdracht van een pensioen van een in een Verdragsluitende Staat gevestigd pensioenfonds of verzekeringsmaatschappij naar een in een andere Staat gevestigd pensioenfonds of verzekeringsmaatschappij.

5. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten regelen in onderlinge overeenstemming de wijze van toepassing van het tweede lid. Daarin wordt tevens geregeld welke gegevens de inwoner van een Verdragsluitende Staat ten behoeve van een juiste toepassing van het Verdrag in de andere Verdragsluitende Staat moet overleggen, met name om te kunnen vaststellen of al dan niet voldaan is aan de omstandigheden als bedoeld in onderdelen a), b) en c) van het tweede lid.

6. De uitdrukking "lijfrente" betekent een vaste som, periodiek betaalbaar op vaste tijdstippen, hetzij gedurende het leven, hetzij gedurende een vastgesteld of voor vaststelling vatbaar tijdvak, ingevolge een verbintenis tot het doen van betalingen, welke tegenover een voldoende en volledige tegenprestatie in geld of geldswaarde staat.

7. Of en in hoeverre een pensioen of soortgelijke beloning onder dit artikel of onder artikel 19 valt, wordt bepaald door het karakter van de vroegere dienstbetrekking, zijnde particulier of overheid, gedurende welke de aanspraak op dat gedeelte van het pensioen of soortgelijke beloning werd opgebouwd.

Artikel 19

OVERHEIDSFUNCTIES

1. a) Salarissen, lonen en andere soortgelijke beloningen, niet zijnde pensioenen, betaald door een Verdragsluitende Staat of een staatkundig of administratief onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan, aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of dat onderdeel of dat publiekrechtelijk lichaam, zijn slechts belastbaar in die Staat.

b) Deze salarissen, lonen en andere soortgelijke beloningen zijn echter slechts in de andere Verdragsluitende Staat belastbaar, indien de diensten in die Staat worden bewezen en de natuurlijke persoon inwoner is van die Staat, die:

(i) onderdaan is van die Staat; of

(ii) niet uitsluitend voor het verrichten van de diensten inwoner van die Staat werd.

2. a) Pensioenen, betaald door, of uit fondsen in het leven geroepen door, een Verdragsluitende Staat of een staatkundig of administratief onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan, aan een natuurlijke persoon ter zake van diensten bewezen aan die Staat of dat onderdeel of dat publiekrechtelijk lichaam, zijn slechts in die Staat belastbaar.

b) Deze pensioenen zijn echter slechts in de andere Verdragsluitende Staat belastbaar, indien de natuurlijke persoon inwoner en onderdaan is van die Staat.

3. De bepalingen van de artikelen 15, 16, 17 en 18 zijn van toepassing op salarissen, lonen en andere soortgelijke beloningen en op pensioenen ter zake van diensten, bewezen in het kader van een op winst gericht bedrijf, uitgeoefend door een Verdragsluitende Staat of een staatkundig of administratief onderdeel of een plaatselijk publiekrechtelijk lichaam daarvan.

Artikel 20

HOOGLERAREN EN DOCENTEN

1. Vergoedingen die een hoogleraar of docent, die inwoner is van een Verdragsluitende Staat en die in de andere Verdragsluitende Staat verblijft met het doel gedurende een tijdvak van ten hoogste twee jaar onderwijs te geven of zich met wetenschappelijk onderzoek bezig te houden aan een universiteit zonder winstoogmerk, hogeschool of andere inrichting voor onderwijs of wetenschappelijk onderzoek in die andere Staat, voor dat onderwijs of dat onderzoek ontvangt, zijn slechts in de eerstbedoelde Staat belastbaar.

2. Dit artikel is niet van toepassing op inkomsten uit het verrichten van wetenschappelijk onderzoek, indien dit onderzoek niet wordt verricht in het algemeen belang, maar in de eerste plaats voor het persoonlijke nut van een bepaalde persoon of bepaalde personen.

Artikel 21

STUDENTEN

Een persoon, die inwoner is of onmiddellijk voorafgaande aan zijn bezoek aan een Verdragsluitende Staat inwoner was van de andere Verdragsluitende Staat en die uitsluitend in de eerstgenoemde Staat tijdelijk verblijft:

a) als een student aan een universiteit, hogeschool of school, of

b) als een voor beroep of bedrijf in opleiding zijnde persoon ten behoeve van zijn opleiding, bekend te maken door de bevoegde autoriteit van de Verdragsluitende Staat waarvan hij een inwoner is, of was, of

c) als een genieter van een in de eerste plaats voor studie of onderzoek bedoelde toelage, vergoeding of prijs van een organisatie op het gebied van godsdienst, liefdadigheid, wetenschap of onderwijs;

wordt in die andere Staat niet belast ter zake van alle overmakingen ten behoeve van zijn onderhoud, studie of opleiding of ter zake van een studiebeurs. Dit geldt tevens voor elk bedrag dat een beloning vertegenwoordigt voor diensten geleverd in die andere Staat, mits zulke diensten verband houden met zijn studie of opleiding of noodzakelijk zijn ten behoeve van zijn onderhoud, en het bedrag van deze beloning 5.000 Euro niet te boven gaat.

Artikel 22

OVERIGE INKOMSTEN

1. Bestanddelen van het inkomen van een inwoner van een Verdragsluitende Staat, van waaruit ook afkomstig, die niet in de voorgaande artikelen van dit Verdrag zijn behandeld, zijn slechts in die Staat belastbaar.

2. De bepalingen van het eerste lid zijn niet van toepassing op inkomsten, niet zijnde inkomsten uit onroerende zaken zoals omschreven in artikel 6, tweede lid, indien de genieter van die inkomsten, die inwoner is van een Verdragsluitende Staat, in de andere Verdragsluitende Staat een bedrijf uitoefent door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, of in die andere Staat zelfstandige arbeid verricht vanuit een aldaar gevestigd vast middelpunt, en het recht of de zaak ter zake waarvan de inkomsten worden betaald, tot het bedrijfsvermogen van die vaste inrichting of tot het beroepsvermogen van dat vaste middelpunt behoort. In dat geval zijn, naar gelang van het geval, de bepalingen van artikel 7 of artikel 14 van toepassing.

HOOFDSTUK IV
BELASTINGHEFFING NAAR HET VERMOGEN

Artikel 23
VERMOGEN

1. Vermogen bestaande uit onroerende zaken, zoals bedoeld in artikel 6, dat een inwoner van een Verdragsluitende Staat bezit en dat is gelegen in de andere Verdragsluitende Staat, mag in die andere Staat worden belast.

2. Vermogen bestaande uit roerende goederen die deel uitmaken van het bedrijfsvermogen van een vaste inrichting die een onderneming van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat heeft, of uit roerende goederen die behoren tot een vast middelpunt dat een inwoner van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat tot zijn beschikking heeft voor het verrichten van zelfstandige arbeid, mag in die andere Staat worden belast.

3. Vermogen bestaande uit schepen en luchtvaartuigen die in internationaal verkeer worden geëxploiteerd alsmede uit roerende goederen die worden gebruikt bij de exploitatie van deze schepen en luchtvaartuigen, is slechts belastbaar in de Verdragsluitende Staat waar de plaats van de werkelijke leiding van de onderneming is gelegen. Voor de toepassing van dit lid zijn de bepalingen van het tweede lid van artikel 8 van toepassing.

4. Alle andere bestanddelen van het vermogen van een inwoner van een Verdragsluitende Staat zijn slechts in die Staat belastbaar.

HOOFDSTUK V
WIJZE VAN VERMIJDING VAN DUBBELE BELASTING

Artikel 24
VERMIJDING VAN DUBBELE BELASTING

1. Wat Portugal betreft wordt dubbele belasting als volgt vermeden:

a) indien een inwoner van Portugal inkomen verkrijgt dat, in overeenstemming met de bepalingen van dit Verdrag, in Nederland mag worden belast, dan verleent Portugal een aftrek op de belasting naar het inkomen van die inwoner, gelijk aan het bedrag van de in Nederland betaalde belasting naar het inkomen. Deze aftrek bedraagt echter niet meer dan het gedeelte van de belasting naar het inkomen, zoals berekend voordat de aftrek is verleend, dat toerekenbaar is aan het inkomen dat in Nederland mag worden belast;

b) indien door een inwoner van Portugal verkregen inkomen volgens een bepaling van het Verdrag in Portugal van belasting is vrijgesteld, dan mag Portugal niettemin bij de berekening van het bedrag van de belasting over het resterende inkomen van die inwoner, het vrijgestelde inkomen in aanmerking nemen.

2. Nederland is bevoegd bij het heffen van belasting van zijn inwoners in de grondslag waarnaar de belasting wordt geheven, de bestanddelen van het inkomen of het vermogen te begrijpen die overeenkomstig de bepalingen van dit Verdrag in Portugal mogen worden belast.

3. Indien echter een inwoner van Nederland bestanddelen van het inkomen verkrijgt die volgens artikel 6, artikel 7, artikel 10, zevende lid, artikel 11, zevende lid, artikel 12, vijfde lid, artikel 13, eerste en tweede lid, artikel 14, eerste lid (onderdeel a), artikel 15, eerste en derde lid, artikel 18, tweede lid, artikel 19, eerste lid (onderdeel a), en tweede lid (onderdeel a) en artikel 22, tweede lid, van dit Verdrag in Portugal mogen worden belast en die in de in het tweede lid bedoelde grondslag zijn begrepen, stelt Nederland deze inkomensbestanddelen vrij door een vermindering van zijn belasting toe te staan. Deze vermindering wordt berekend overeenkomstig de bepalingen in de Nederlandse wetgeving tot het vermijden van dubbele belasting. Te dien einde worden genoemde inkomensbestanddelen geacht te zijn begrepen in het totale bedrag van de bestanddelen van het inkomen die ingevolge die bepalingen van Nederlandse belasting zijn vrijgesteld.

4. Nederland verleent voorts een aftrek op de aldus berekende Nederlandse belasting voor de bestanddelen van het inkomen of het vermogen die volgens artikel 10, tweede lid, artikel 11, tweede lid, artikel 12, tweede lid, artikel 13, vijfde lid, artikel 14, eerste lid (onderdeel b), artikel 16, artikel 17, artikel 18, derde lid en artikel 23, eerste en tweede lid, van dit Verdrag in Portugal mogen worden belast, in zoverre deze bestanddelen in de in het eerste lid bedoelde grondslag zijn begrepen. Het bedrag van deze aftrek is gelijk aan de in Portugal over deze bestanddelen van het inkomen of het vermogen betaalde belasting, maar bedraagt niet meer dan het bedrag van de vermindering die zou zijn verleend indien de aldus in het inkomen of vermogen begrepen bestanddelen de enige bestanddelen van het inkomen of het vermogen zouden zijn geweest die uit hoofde van de bepalingen in de Nederlandse wetgeving tot het vermijden van dubbele belasting van Nederlandse belasting zijn vrijgesteld.

5. Niettegenstaande de bepalingen van het derde lid, verleent Nederland een aftrek op de Nederlandse belasting voor de in Portugal betaalde belasting op bestanddelen van het inkomen die volgens artikel 7, artikel 10, zevende lid, artikel 11, zevende lid, artikel 12, vijfde lid, artikel 14 en artikel 22, tweede lid, van dit Verdrag in Portugal mogen worden belast, voor zover deze bestanddelen in de in het eerste lid bedoelde grondslag zijn begrepen, indien en voor zover Nederland uit hoofde van de bepalingen in de Nederlandse wetgeving tot het vermijden van dubbele belasting een aftrek verleent op de Nederlandse belasting voor de in een ander land over die bestanddelen van het inkomen geheven belasting. Voor de berekening van deze aftrek zijn de bepalingen van het vierde lid van dit artikel van overeenkomstige toepassing.

6. Indien een inwoner van Portugal een betaling of afkoopsom ontvangt die ingevolge artikel 18, derde lid, in Nederland mag worden belast, verleent Nederland een aftrek op zijn belasting over deze betaling of afkoopsom tot een bedrag dat gelijk is aan de belasting die in Portugal over die betaling of afkoopsom is geheven.

HOOFDSTUK VI
BIJZONDERE BEPALINGEN

Artikel 25
WERKZAAMHEDEN BUITENGAATS

1. De bepalingen van dit artikel vinden toepassing niettegenstaande enigerlei andere bepalingen van dit Verdrag. Dit artikel is echter niet van toepassing indien werkzaamheden buitengaats van een persoon voor die persoon een vaste inrichting vormen ingevolge de bepalingen van artikel 5 of een vast middelpunt ingevolge de bepalingen van artikel 14.

2. In dit artikel betekent de uitdrukking "werkzaamheden buitengaats" werkzaamheden die buitengaats worden verricht in verband met de exploratie of exploitatie van de in een Verdragsluitende Staat gelegen zeebodem en de ondergrond daarvan en hun natuurlijke rijkdommen.

3. Een onderneming van een Verdragsluitende Staat die in de andere Verdragsluitende Staat werkzaamheden buitengaats verricht, wordt behoudens het in het vierde lid van dit artikel bepaalde, geacht ter zake van die werkzaamheden in die andere Staat een bedrijf uit te oefenen door middel van een aldaar gevestigde vaste inrichting, tenzij de desbetreffende werkzaamheden buitengaats in de andere Staat worden verricht gedurende een tijdvak of tijdvakken die in een tijdvak van twaalf maanden een totaal van 30 dagen niet te boven gaan.

Voor de toepassing van dit lid wordt:

a) indien een onderneming die in de andere Verdragsluitende Staat werkzaamheden buitengaats verricht en die is gelieerd aan een andere onderneming, welke andere onderneming als onderdeel van hetzelfde project dezelfde werkzaamheden buitengaats voortzet die worden of werden uitgevoerd door de eerstbedoelde onderneming, en de hiervoor bedoelde door beide ondernemingen verrichte activiteiten bij elkaar opgeteld een tijdvak van 30 dagen te boven gaan, iedere onderneming geacht haar werkzaamheden uit te oefenen gedurende een tijdvak dat 30 dagen in een tijdvak van 12 maanden te boven gaat;

b) een onderneming geacht gelieerd te zijn aan een andere onderneming indien de een onmiddellijk of middellijk ten minste een derde deel van het kapitaal van de andere onderneming bezit of indien een persoon onmiddellijk of middellijk ten minste een derde deel van het kapitaal van beide ondernemingen bezit.

4. Voor de toepassing van het derde lid van dit artikel wordt de uitdrukking "werkzaamheden buitengaats" evenwel geacht niet te omvatten:

a) een van de activiteiten of een combinatie daarvan als genoemd in artikel 5, vierde lid;

b) sleep- of ankerwerkzaamheden door schepen die in de eerste plaats voor dat doel zijn ontworpen alsmede andere door zulke schepen verrichte activiteiten;

c) het vervoer van voorraden of personeel door schepen of luchtvaartuigen in internationaal verkeer.

5. Een inwoner van een Verdragsluitende Staat die in het kader van een vrij beroep of van andere werkzaamheden van zelfstandige aard in de andere Verdragsluitende Staat werkzaamheden buitengaats verricht, wordt geacht deze werkzaamheden te verrichten vanuit een vast middelpunt in de andere Verdragsluitende Staat indien de desbetreffende werkzaamheden buitengaats een aaneengesloten tijdvak van 30 dagen of meer beslaan.

6. Salarissen, lonen en andere soortgelijke beloningen verkregen door een inwoner van een Verdragsluitende Staat ter zake van een dienstbetrekking in verband met werkzaamheden buitengaats die worden verricht door middel van een vaste inrichting in de andere Verdragsluitende Staat, mogen, voor zover de dienstbetrekking in die andere Staat buitengaats wordt uitgeoefend, in die andere Staat worden belast.

7. Indien aan de hand van bewijsstukken wordt aangetoond dat in Portugal belasting is betaald over de bestanddelen van het inkomen die ingevolge artikel 7 en artikel 14 in verband met het derde onderscheidenlijk het vijfde lid van dit artikel en ingevolge het zesde lid van dit artikel in Portugal mogen worden belast, verleent Nederland een vermindering van zijn belasting, die wordt berekend overeenkomstig de regels die zijn neergelegd in artikel 24, derde lid.

Artikel 26

NON-DISCRIMINATIE

1. Onderdanen van een Verdragsluitende Staat worden in de andere Verdragsluitende Staat niet aan enige belastingheffing of daarmede verband houdende verplichting onderworpen, die anders of zwaarder is dan de belastingheffing en daarmede verband houdende verplichtingen waaraan onderdanen van die andere Staat onder dezelfde omstandigheden, in het bijzonder de woonstaat betreffende, zijn of kunnen worden onderworpen. Deze bepaling is, niettegenstaande het bepaalde in artikel 1, ook van toepassing op personen die geen inwoners zijn van een of van beide Verdragsluitende Staten.

2. De belastingheffing van een vaste inrichting die een onderneming van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat heeft, is in die andere Staat niet ongunstiger dan de belastingheffing van ondernemingen van die andere Staat die dezelfde werkzaamheden uitoefenen. Deze bepaling mag niet aldus worden uitgelegd, dat zij een Verdragsluitende Staat verplicht aan inwoners van de andere Verdragsluitende Staat bij de belastingheffing de persoonlijke aftrekken, tegemoetkomingen en verminderingen uit hoofde van de samenstelling van het gezin of gezinslasten te verlenen, die eerstbedoelde Staat aan zijn eigen inwoners verleent.

3. Behalve indien de bepalingen van artikel 9, eerste lid, artikel 11, negende lid, of artikel 12, zevende lid, van toepassing zijn, zijn interest, royalty's en andere uitgaven betaald door een onderneming van een Verdragsluitende Staat aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat, bij de vaststelling van de belastbare winst van die onderneming onder dezelfde voorwaarden aftrekbaar als wanneer zij betaald waren aan een inwoner van de eerstbedoelde Staat. Zo ook zijn alle schulden van een onderneming van een Verdragsluitende Staat aan een inwoner van de andere Verdragsluitende Staat bij de vaststelling van het belastbare vermogen van die onderneming onder dezelfde voorwaarden aftrekbaar als wanneer zij waren aangegaan met een inwoner van de eerstbedoelde Staat.

4. Ondernemingen van een Verdragsluitende Staat, waarvan het kapitaal geheel of gedeeltelijk, onmiddellijk of middellijk, in het bezit is van of wordt beheerst door een of meer inwoners van de andere Verdragsluitende Staat, worden in de eerstbedoelde Staat niet aan enige belastingheffing of daarmede verband houdende verplichting onderworpen, die anders of zwaarder is dan de belastingheffing en daarmede verband houdende verplichtingen, waaraan andere soortgelijke ondernemingen van de eerstbedoelde Staat zijn of kunnen worden onderworpen.

5. Zodra binnen de EU een gemeenschappelijke belastingregeling is overeengekomen voor bijdragen betaald aan een erkende pensioenregeling, daaronder begrepen een pensioenregeling in het leven geroepen ingevolge een publiekrechtelijk stelsel inzake sociale zekerheid, zal een dergelijke regeling ook van toepassing zijn met betrekking tot bijdragen betaald door of namens natuurlijke personen, die inwoners zijn van een Verdragsluitende Staat, aan een pensioenregeling die voor belastingdoeleinden is erkend in de andere Verdragsluitende Staat.

6. De bepalingen van dit artikel zijn, niettegenstaande de bepalingen van artikel 2, van toepassing op belastingen van elke soort en benaming.

Artikel 27

REGELING VOOR ONDERLING OVERLEG

1. Indien een persoon van oordeel is dat de maatregelen van een of van beide Verdragsluitende Staten voor hem leiden of zullen leiden tot een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de bepalingen van dit Verdrag, kan hij, ongeacht de rechtsmiddelen waarin de nationale wetgeving van die Staten voorziet, zijn geval voorleggen aan de bevoegde autoriteit van de Verdragsluitende Staat waarvan hij inwoner is, of, indien zijn geval valt onder artikel 26, eerste lid, aan die van de Verdragsluitende Staat waarvan hij onderdaan is. Het geval moet worden voorgelegd binnen drie jaar nadat de maatregel die leidt tot een belastingheffing die niet in overeenstemming is met de bepalingen van het Verdrag, voor het eerst te zijner kennis is gebracht.

2. De bevoegde autoriteit tracht, indien het bezwaar haar gegrond voorkomt en indien zij niet zelf in staat is tot een bevredigende oplossing te komen, de aangelegenheid in onderlinge overeenstemming met de bevoegde autoriteit van de andere Verdragsluitende Staat te regelen ten einde een belastingheffing die niet in overeenstemming is met het Verdrag, te vermijden. De overeengekomen regeling wordt uitgevoerd door de bevoegde autoriteiten niettegenstaande de verjaringstermijnen in de nationale wetgeving van de Verdragsluitende Staten.

3. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten trachten moeilijkheden of twijfelpunten die mochten rijzen met betrekking tot de uitlegging of de toepassing van het Verdrag in onderlinge overeenstemming op te lossen. Zij kunnen ook met elkaar overleg plegen ten einde dubbele belasting ongedaan te maken in gevallen die niet in het Verdrag zijn geregeld.

4. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten kunnen zich rechtstreeks, waaronder begrepen door middel van een gemeenschappelijke commissie bestaande uit hen zelf of hun vertegenwoordigers, met elkaar in verbinding stellen ten einde een overeenstemming als bedoeld in de voorgaande leden te bereiken.

Artikel 28

UITWISSELING VAN INLICHTINGEN

De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten wisselen de inlichtingen uit die nodig zijn voor het uitvoeren van de bepalingen van dit Verdrag of van de nationale wetgeving van de Verdragsluitende Staten met betrekking tot de belastingen waarop het Verdrag van toepassing is, voor zover de heffing van die belastingen niet in strijd is met het Verdrag. De uitwisseling van inlichtingen wordt niet beperkt door artikel 1. Alle door een Verdragsluitende Staat ontvangen inlichtingen worden op dezelfde wijze geheim gehouden als inlichtingen die volgens de nationale wetgeving van die Staat zijn verkregen en worden alleen ter kennis gebracht van personen of autoriteiten (daaronder begrepen rechterlijke instanties en administratiefrechtelijke lichamen) die betrokken zijn bij de vaststelling of invordering van, de tenuitvoerlegging of vervolging ter zake van, of de beslissing in beroepszaken betrekking hebbende op de belastingen waarop het Verdrag van toepassing is. Deze personen of autoriteiten mogen van de inlichtingen alleen voor deze doeleinden gebruik maken. Zij mogen de inlichtingen bekendmaken in openbare rechtszittingen of in rechterlijke beslissingen.

Artikel 29

BIJSTAND BIJ INVORDERING

1. De Verdragsluitende Staten komen overeen elkaar hulp en bijstand te verlenen, in overeenstemming met de onderscheiden bepalingen en voorschriften van hun wetgeving of regelingen, bij de invordering van de belastingen waarop dit Verdrag van toepassing is, indien deze bedragen onbetwist zijn verschuldigd krachtens de wetten en regelingen van de Verdragsluitende Staten die de bijstand bij zulke invordering verzoeken.

2. Op verzoek van de verzoekende Staat neemt de aangezochte Staat met het oog op de invordering van een belastingbedrag conservatoire maatregelen, zelfs indien de vordering wordt bestreden of nog niet invorderbaar is, voor zover dit is toegestaan volgens de wetgeving en de administratieve praktijk van de aangezochte Staat.

3. De bevoegde autoriteiten van de Verdragsluitende Staten overleggen gezamenlijk om te beslissen over de wijze van toepassing van dit artikel ingeval zij bijstand bij invordering van belastingen willen verlenen.

Artikel 30

BEPERKING VAN DE ARTIKELEN 28 EN 29

In geen geval worden de bepalingen van artikel 28 en artikel 29 aldus uitgelegd dat zij een Verdragsluitende Staat de verplichting opleggen:

a) administratieve maatregelen te nemen die in strijd zijn met de wetgeving of de administratieve praktijk van die of van de andere Verdragsluitende Staat;
b) inlichtingen te verstrekken die niet verkrijgbaar zijn volgens de wetgeving of in de normale gang van zaken in de administratie van die of van de andere Verdragsluitende Staat;
c) inlichtingen te verstrekken die een handels-, bedrijfs-, nijverheids- of beroepsgeheim of een fabrieks-, of handelswerkwijze zouden onthullen, dan wel inlichtingen waarvan het verstrekken in strijd zou zijn met de openbare orde (ordre public).

Artikel 31

LEDEN VAN DIPLOMATIEKE VERTEGENWOORDIGINGEN EN CONSULAIRE POSTEN

1. De bepalingen van dit Verdrag tasten in geen enkel opzicht de fiscale voorrechten aan die leden van diplomatieke vertegenwoordigingen en consulaire posten ontlenen aan de algemene regels van het volkenrecht of aan de bepalingen van bijzondere overeenkomsten.

2. Voor de toepassing van het Verdrag wordt een natuurlijk persoon, die deel uitmaakt van een diplomatieke vertegenwoordiging of consulaire post van een Verdragsluitende Staat in de andere Verdragsluitende Staat of in een derde Staat en die onderdaan is van de zendstaat, geacht inwoner van de zendstaat te zijn, indien hij daarin aan dezelfde verplichtingen ter zake van belastingen naar het inkomen en naar het vermogen is onderworpen als inwoners van die Staat.

3. Het Verdrag is niet van toepassing op internationale organisaties, hun organen en functionarissen, noch op leden van een diplomatieke vertegenwoordiging of consulaire post van een derde Staat die in een Verdragsluitende Staat verblijven, indien zij in die Staat niet aan dezelfde verplichtingen ter zake van belastingen naar het inkomen en naar het vermogen zijn onderworpen als inwoners van die Staat.

Artikel 32

UITBREIDING TOT ANDERE GEBIEDEN

1. Dit Verdrag kan, hetzij in zijn geheel, hetzij met de noodzakelijke wijzigingen, worden uitgebreid tot de Nederlandse Antillen en/of Aruba, indien het desbetreffende land belastingen heft die in wezen gelijksoortig zijn aan de belastingen waarop het Verdrag van toepassing is. Zulk een uitbreiding wordt van kracht met ingang van een datum en met inachtneming van wijzigingen en voorwaarden, daaronder begrepen voorwaarden ten aanzien van de beëindiging, nader vast te stellen en overeen te komen tussen het Koninkrijk der Nederlanden en de Republiek Portugal in overeenstemming met hun onderscheiden nationale juridische procedures.

2. Tenzij anders is overeengekomen, brengt de beëindiging van het Verdrag niet met zich mede, dat tevens de uitbreiding van het Verdrag tot enig land waartoe het ingevolge dit artikel is uitgebreid, wordt beëindigd.

HOOFDSTUK VII

SLOTBEPALINGEN

Artikel 33

INWERKINGTREDING

1. Dit Verdrag treedt in werking op de dertigste dag na de datum waarop diplomatieke nota's zijn uitgewisseld waarin te kennen gegeven wordt dat de nationale juridische procedures die in elke Verdragsluitende Staat noodzakelijk zijn voor de inwerkingtreding van dit Verdrag zijn voltooid.

2. Dit Verdrag is van toepassing:

a) in Portugal:

(i) met betrekking tot aan de bron geheven belastingen, de omstandigheid daartoe aanleiding gevend vindt plaats op of na 1 januari van het jaar volgend op het jaar waarin dit Verdrag in werking treedt;

(ii) met betrekking tot andere belastingen, wat betreft inkomsten opgekomen in het belastingjaar dat aanvangt op of na 1 januari van het jaar volgend op het jaar waarin dit Verdrag in werking treedt;

b) in Nederland:

(i) met betrekking tot aan de bron geheven belastingen, op inkomsten verkregen op of na 1 januari van het kalenderjaar volgend op het jaar waarin dit Verdrag in werking treedt;

(ii) met betrekking tot andere belastingen, voor belastingen verschuldigd voor belastingjaren of -tijdvakken die aanvangen op of na 1 januari van het kalenderjaar volgend op het jaar waarin dit Verdrag in werking treedt.

Artikel 34

BEËINDIGING

Dit Verdrag blijft van kracht totdat het door een Verdragsluitende Staat wordt beëindigd. Elk van de Verdragsluitende Staten kan het Verdrag langs diplomatieke weg beëindigen door het geven van een kennisgeving van beëindiging met daarin vermeld het jaar van beëindiging, ten minste zes maanden voor 31 december van het in voornoemde kennisgeving vermelde jaar. Een kennisgeving kan alleen worden gegeven na het verstrijken van een periode van vijf jaar na de datum van inwerkingtreding van het Verdrag. In dat geval houdt het Verdrag op van toepassing te zijn:

a) in Portugal:

(i) met betrekking tot aan de bron geheven belastingen, de omstandigheid daartoe aanleiding gevend vindt plaats op of na 1 januari van het jaar volgend op het jaar dat vermeld is in voornoemde kennisgeving van beëindiging;

(ii) met betrekking tot andere belastingen, wat betreft inkomsten opgekomen in het belastingjaar dat aanvangt op of na 1 januari van het jaar volgend op het jaar dat vermeld is in voornoemde kennisgeving van beëindiging;

b) in Nederland:

(i) met betrekking tot aan de bron geheven belastingen, op inkomsten verkregen op of na 1 januari van het jaar volgend op het jaar dat vermeld is in voornoemde kennisgeving van beëindiging;

(ii) met betrekking tot andere belastingen, voor belastingen verschuldigd voor belastingjaren of -tijdvakken die aanvangen op of na 1 januari van het jaar volgend op het jaar dat vermeld is in voornoemde kennisgeving van beëindiging.

TEN BLIJKE waarvan de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, dit Verdrag hebben ondertekend.

GEDAAN te Oporto, de 20 september 1999 in tweevoud, in de Portugese, Nederlandse en Engelse taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek. Ingeval de Portugese en de Nederlandse tekst verschillend kunnen worden uitgelegd, is de Engelse tekst beslissend.

Voor de Republiek Portugal

Voor het Koninkrijk der Nederlanden

Protocol

Bij de ondertekening van het Verdrag tot het vermijden van dubbele belasting en het voorkomen van het ontgaan van belasting met betrekking tot belastingen naar het inkomen en naar het vermogen, heden tussen het Koninkrijk der Nederlanden en de Republiek Portugal gesloten, zijn de ondergetekenden overeengekomen dat de volgende bepalingen een integrerend deel van het Verdrag vormen.

I Ad artikel 2

1. Het is wel te verstaan dat in de uitdrukking belastingen naar het totale bedrag van de lonen of salarissen geen sociale verzekeringspremies zijn begrepen.

2. Het is wel te verstaan dat dit Verdrag ook van toepassing is op belastingen die op grond van een EU-richtlijn, -verordening of -verdrag geacht worden een belasting naar het inkomen, bestanddelen van het inkomen, naar het vermogen of bestanddelen van het vermogen te zijn.

3. Indien Portugal een aan de Nederlandse vermogensbelasting soortgelijke belasting invoert, dan zal de bevoegde Portugese autoriteit de bevoegde Nederlandse autoriteit langs diplomatieke weg inlichten, teneinde met elkaar overleg te kunnen plegen om overeenstemming te bereiken of en hoe het Verdrag zou kunnen worden uitgebreid met een dergelijke belasting.

II Ad artikel 4

1. Een natuurlijke persoon die aan boord van een schip woont zonder een werkelijke woonplaats in een van de Verdragsluitende Staten te hebben, wordt geacht inwoner te zijn van de Verdragsluitende Staat waarin het schip zijn thuishaven heeft.

2. Een pensioenfonds dat als zodanig erkend is in een Verdragsluitende Staat en waarvan het inkomen in het algemeen is vrijgesteld van belasting in die Staat, wordt beschouwd

als een inwoner van die Staat. Als een erkend pensioenfonds van een Verdragsluitende Staat wordt aangemerkt elk pensioenfonds dat volgens wettelijke bepalingen van die Staat erkend is en onder toezicht staat.

3. Inwoners van een Verdragsluitende Staat die voordeel genieten van een begunstigende belastingheffing zijn niet gerechtigd tot de voordelen van Hoofdstuk III van dit Verdrag, in zoverre binnenlandse transacties vergelijkbaar met de transacties waarvoor deze begunstigende belastingheffing van toepassing is, worden uitgesloten van de begunstigende belastingheffing ("ring fenced").

4. Inwoners van een Verdragsluitende Staat die voordeel genieten van belastingmaatregelen die schadelijk zijn in de zin van de EU-Code of Conduct for business taxation, overeengekomen tijdens de Ecofin-bijeenkomst van 1 december 1997, zijn niet gerechtigd tot de voordelen van Hoofdstuk III van dit Verdrag.

5. Belastingmaatregelen die betrekking hebben op het derde en vierde lid hierboven, worden niet als schadelijk aangemerkt, indien zij worden aanvaard en in zoverre worden goedgekeurd door de Europese Unie als een geschikte steun voor de economische ontwikkeling van een speciaal gebied en niet de integriteit en samenhang van het wettelijke regime van de Unie ondermijnen, daaronder begrepen de interne markt en gemeenschappelijke gedragslijn.

III Ad artikelen 5, 6, 13 en 23

Het is wel te verstaan dat rechten tot exploratie en exploitatie van natuurlijke rijkdommen worden beschouwd als onroerende zaken die zijn gelegen in de Verdragsluitende Staat op wiens zeebodem en ondergrond daarvan deze rechten betrekking hebben, alsmede dat deze rechten geacht worden te behoren tot de activa van een vaste inrichting in die Staat. Voorts is het wel te verstaan dat de hiervoor genoemde rechten ook omvatten rechten op belangen bij, of de voordelen uit vermogensbestanddelen die voortvloeien uit die exploratie of exploitatie.

IV Ad artikel 6

De bepalingen van artikel 6 zijn ook van toepassing op inkomsten uit roerende zaken of inkomsten behaald met diensten in verband met het gebruik of het recht van gebruik van de onroerende zaken, in geval deze inkomsten, ingevolge de belastingwet van de Verdragsluitende Staat waarin de betreffende zaak is gelegen, op één lijn worden gesteld met inkomsten uit onroerende zaken.

V Ad artikel 7

Overeenkomstig artikel 7 mogen slechts die voordelen worden toegerekend aan een plaats van uitvoering van een bouwwerk, constructie- of montagewerkzaamheden of het verlenen van diensten, zoals bedoeld in artikel 5, derde lid, onderdeel b), die een vaste inrichting vormen, voorzover ze voortvloeien uit de werkelijke bouw-, constructie-of montagewerkzaamheden of het eerdergenoemde verlenen van diensten. Indien derhalve in samenhang met deze activiteiten of diensten of onafhankelijk daarvan, machines of uitrusting worden geleverd door het hoofdkantoor of een andere vaste inrichting van de onderneming of door derde personen, wordt de waarde van deze leveringen niet toegerekend aan de voordelen van het bouwwerk, constructie- of montagewerkzaamheden of het verlenen van diensten.

VI Ad artikelen 7, 12 en 14

Behoudens artikel 12, vierde lid, worden vergoedingen voor technische diensten, waaronder begrepen studies of onderzoeken van wetenschappelijke, geologische of technische aard, of voor diensten van raadgevende of toezichthoudende aard, aangemerkt als vergoedingen waarop de bepalingen van artikel 7 of artikel 14 van toepassing zijn.

VII Ad artikel 8

Voor de toepassing van artikel 8 omvatten voordelen verkregen uit de exploitatie in internationaal verkeer van schepen en luchtvaartuigen mede voordelen behaald met de verhuur op basis van verhuur zonder bemanning van schepen en luchtvaartuigen indien zij worden geëxploiteerd in het internationale verkeer, indien deze voordelen voortvloeien uit de voordelen omschreven in artikel 8, eerste lid.

VIII Ad artikelen 8, 13 en 23

Het is wel te verstaan dat indien lichamen, die inwoner zijn van een van beide Verdragsluitende Staten of van een derde Staat, zijn overeengekomen om gezamenlijk een bedrijf uit te oefenen in de vorm van een consortium, de bepalingen van artikel 8, artikel 13, derde lid en artikel 23, derde lid, van toepassing zijn op dat gedeelte van de voordelen van het consortium uit de exploitatie van luchtvaartuigen in internationaal verkeer en van het vermogen van dat consortium dat overeenkomt met de deelname in dat consortium door het lichaam dat inwoner is van een Verdragsluitende Staat.

IX Ad artikel 9

Met betrekking tot artikel 9, eerste lid, is het wel te verstaan, dat de omstandigheid dat gelieerde ondernemingen overeenkomsten hebben afgesloten, zoals"cost-sharing"-overeenkomsten of algemene dienstverlenings-overeenkomsten, voor of gebaseerd op de toerekening van de kosten van de leiding, de algemene beheerskosten, de technische en zakelijke kosten, kosten voor onderzoek en ontwikkeling en andere soortgelijke kosten, op zichzelf geen voorwaarde is als bedoeld in dat lid.

X Ad artikelen 9 en 26

Het is wel te verstaan dat de bepalingen van het Verdrag niet zodanig mogen worden uitgelegd dat zij de toepassing door een Verdragsluitende Staat van de bepalingen inzake "thin capitalization" uit zijn nationale wetgeving in de weg staan, behalve in die gevallen waarin de gelieerde ondernemingen kunnen laten zien dat de voorwaarden die tussen die ondernemingen zijn overeengekomen of opgelegd, vanwege de speciale kenmerken van hun activiteiten of hun specifieke economische omstandigheden, in overeenstemming zijn met het "arms length" principe.

XI Ad artikel 10

De uitdrukking "dividenden" wordt verstaan mede te omvatten inkomsten uit rechten die aanspraak geven op een aandeel in de winst van een onderneming van een Verdragsluitende Staat, in zoverre deze rechten niet afkomstig zijn van effectenbezit of van zelfstandige of niet-zelfstandige arbeid.

XII Ad artikelen 10, 11 en 12

Indien aan de bron een belasting is geheven die het belastingbedrag dat ingevolge de bepalingen van artikel 10, 11 en 12 mag worden geheven te boven gaat, moeten verzoeken om teruggaaf van het daarboven uitgaande belastingbedrag worden ingediend bij de bevoegde autoriteit van de Staat die de belasting heeft geheven, binnen een tijdvak van drie jaar na afloop van het kalenderjaar waarin de belasting is geheven.

XIII Ad artikelen 10 en 13

Het is wel te verstaan dat in Nederland inkomsten die worden ontvangen in verband met de (gedeeltelijke) liquidatie van een lichaam of een inkoop van eigen aandelen door een lichaam worden behandeld als inkomsten uit aandelen en niet als vermogenswinsten.

XIV Ad artikel 12

Royalty's ontvangen als vergoeding voor het gebruik of het recht van gebruik van containers in internationaal verkeer zijn slechts belastbaar in de Verdragsluitende Staat waarvan de uiteindelijk gerechtigde inwoner is.

XV Ad artikel 16

Het is wel te verstaan dat conselho de administração of conselho fiscal van een Portugees lichaam en bestuurder of commissaris van een Nederlands lichaam betrekking heeft op personen die als zodanig zijn benoemd door de algemene vergadering van aandeelhouders of door enig ander bevoegd orgaan van dat lichaam, en die zijn belast met de algemene leiding van het lichaam, onderscheidenlijk met het toezicht daarop.

XVI Ad artikel 18

Met betrekking tot artikel 18, tweede lid, onderdeel b), is het wel te verstaan dat de algemeen van toepassing zijnde belastingvrije som die in Portugal kan worden afgetrokken van de belastinggrondslag over pensioen, of andere soortgelijke beloning of lijfrente, op zich zelf niet een omstandigheid is die tot gevolg heeft dat een pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente niet belast wordt tegen het algemeen van toepassing zijnde belastingtarief voor inkomsten uit niet-zelfstandige arbeid, dan wel het brutobedrag van dat pensioen of andere soortgelijke beloning of lijfrente voor minder dan 90 percent in de belastingheffing wordt betrokken.

XVII Ad artikel 24

Het is wel te verstaan dat voor de berekening van de vermindering vermeld in artikel 24, derde lid, de waarde van de in artikel 23, eerste lid, bedoelde vermogensbestanddelen wordt verminderd met de waarde van de schulden verzekerd door hypotheek op dat vermogen en dat de waarde van de in artikel 23, tweede lid, bedoelde vermogensbestanddelen wordt verminderd met de waarde van de tot de vaste inrichting of het vaste middelpunt behorende schulden.

TEN BLIJKE waarvan de ondergetekenden, daartoe behoorlijk gemachtigd, dit Protocol hebben ondertekend.–

GEDAAN te Oporto ..... ,de 20 september 1999 in tweevoud, in de Portugese, Nederlandse en Engelse taal, zijnde de drie teksten gelijkelijk authentiek. In geval de Portugese en de Nederlandse tekst verschillend kunnen worden uitgelegd, is de Engelse tekst beslissend.

Voor de Republiek Portugal

Voor het Koninkrijk der Nederlanden

CONVENTION BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE KINGDOM OF THE NETHERLANDS FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME AND ON CAPITAL.

The Portuguese Republic and the Kingdom of the Netherlands, desiring that a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income and on capital be concluded by both States, have agreed as follows:

CHAPTER I

Scope of the Convention

Article 1

Persons covered

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1 — This Convention shall apply to taxes on income and on capital imposed on behalf of a Contracting State or of its political or administrative subdivisions or local authorities, irrespective of the manner in which they are levied.

2 — There shall be regarded as taxes on income and on capital all taxes imposed on total income, on total capital, or on elements of income or of capital, including taxes on gains from the alienation of movable or immovable property, taxes on the total amounts of wages or salaries paid by enterprises, as well as taxes on capital appreciation.

3 — The existing taxes to which the Convention shall apply are in particular:

a) In Portugal:

i) Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) (the personal income tax);
ii) Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) (the corporate income tax); and
iii) Derrama (the local surtax on corporate income tax);

(hereinafter referred to as «Portuguese tax»);

b) In the Netherlands:

i) De inkomstenbelasting (income tax);
ii) De loonbelasting (wages tax);
iii) De vennootschapsbelasting (company tax), including the Government share in the net profits of the exploitation of natural resources levied pursuant to the Mijnwet 1810 (the Mining Act of 1810) with respect to concessions issued from 1967, or pursuant to the Mijnwet Continentaal Plat 1965 (the Netherlands Continental Shelf Mining Act of 1965);
iv) De dividenbelasting (dividend tax); and
v) De vermogensbelasting (capital tax);

(hereinafter referred to as «Netherlands tax»).

4 — The Convention shall apply also to any identical or substantially similar taxes which are imposed after the date of signature of the Convention in addition to, or in place of, the existing taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify each other of any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

CHAPTER II

Definitions

Article 3

General definitions

1 — For the purposes of this Convention, unless the context otherwise requires:

a) The terms «a Contracting State» and «the other Contracting State» mean Portugal or the Netherlands as the context requires;
b) The term «Portugal» means the territory of the Portuguese Republic situated in the European Continent, the archipelagoes of Azores and Madeira, the respective territorial sea and any other zone in which, in accordance with the laws of Portugal and international law, the Portuguese Republic has jurisdiction or sovereign rights with respect to the exploration and exploitation of the natural resources of the sea bed and subsoil, and of the superjacent waters;
c) The term «the Netherlands» means the part of the Kingdom of the Netherlands that is situated in Europe, including its territorial sea, and any area beyond the territorial sea within which the Netherlands, in accordance with international law, exercises jurisdiction or sovereign rights with respect to the sea bed, its subsoil and its superjacent waters, and their natural resources;
d) The term «tax» means Portuguese tax or Netherlands tax as the context requires;
e) The term «person» includes an individual, a company and any other body of persons;
f) The term «company» means any body corporate or any entity which is treated as a body corporated for tax purposes;
g) The terms «enterprise of a Contracting State» and «enterprise of the other Contracting State» mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and an enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
h) The term «international traffic» means any transport by a ship or aircraft operated by an enterprise that has its place of effective management in a Contracting State, except when

the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting State;

i) The term «competent authority» means:

i) In Portugal: the Minister of Finance, the Director General of Taxation (director--geral dos Impostos) or their authorised representative;

ii) In the Netherlands: the Minister of Finance or his duly authorised representative;

j) The term «national» means:

i) Any individual possessing the nationality of a Contracting State;

ii) Any legal person, partnership or association deriving its status as such from the laws in force in a Contracting State.

2 — As regards the application of the Convention at any time by a Contracting State, any term not defined therein shall, unless the context otherwise requires, have the meaning that it has at that time under the law of that State for the purposes of the taxes to which the Convention applies, any meaning under the applicable tax laws of that State prevailing over a meaning given to the term under other laws of that State.

Article 4

Resident

1 — For the purposes of this Convention, the term «resident of a Contracting State» means any person who, under the laws of that State, is liable to tax therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature and also includes that State and any political or administrative subdivision or local authority thereof. This term, however, does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State or capital situated therein.

2 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States, then his status shall be determined as follows:

a) He shall be deemed to be a resident only of the State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both States, he shall be deemed to be a resident only of the State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);

b) If the State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him either State he shall be deemed to be a resident only of the State in which he has an habitual abode;

c) If he has an habitual abode in both States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident only of the State of which he is a national;

d) If he is a national of both States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3 — Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then it shall be deemed to be a resident only of the State in which its place of effective management is situated.

Article 5

Permanent establishment

1 — For the purposes of this Convention, the term «permanent establishment» means a fixed place of business through which the business of an enterprise is wholly or partly carried on.

2 — The term «permanent establishment» includes especially:

a) A place of management;

b) A branch;

c) An office;

d) A factory;

e) A workshop, and

f) A mine, an oil or gas well, a quarry or any other place of extraction of natural resources, including a fixed installation or fixed structure used for the exploration or exploitation of natural resources.

3 — The term «permanent establishment» likewise encompasses:

a) A building site or construction or assembly project or supervisory activities in connection therewith, but only where such site, project or activities continue for a period of more than 6 months;

b) The furnishing of services including consultancy services, by an enterprise through employees or other personnel, but only where activities of that nature continue (for the same or a connected project) within the country for a period or periods aggregating more than 6 months within any twelve-month period.

4 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, the term «permanent establishment» shall be deemed not to include:

a) The use of facilities solely for the purpose of storage, display or delivery of goods or merchandise belonging to the enterprise;

b) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage, display or delivery;

c) The maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;

d) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise or of collecting information, for the enterprise;

e) The maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of carrying on, for the enterprise, any other activity of a preparatory or auxiliary character;

f) The maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs *a*) to *e*), provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from this combination is of a preparatory or auxiliary character.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, where a person — other than an agent of an independent status to whom paragraph 6 applies — is acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State, that enterprise shall be deemed to have a permanent establishment in the first-mentioned State if the person:

a) Has and habitually exercises in that State an authority to conclude contracts on behalf of the enterprise, unless his activities are limited to the purchase of goods or merchandise for that enterprise; or

b) Has no such authority, but habitually maintains in the first-mentioned State a stock of goods or merchandise from which he regularly delivers goods or merchandise on behalf of the enterprise and some additional activities conducted in that State on behalf of the enterprise have contributed to the sale of goods or merchandise.

6 — An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker, general commission agent or any other agent of an independent status, provided that such persons are acting in the ordinary course of their business. However, when the activities of such an agent are devoted wholly or almost wholly on behalf of that enterprise, he will not be considered an agent of an independent status within the meaning of this paragraph if it is shown that the transactions between the agent and the enterprise were not made under at arm's length conditions.

7 — The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise) shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

CHAPTER III

Taxation of income

Article 6

Income from immovable property

1 — Income derived by a resident of a Contracting State from immovable property (including income from agriculture or forestry) situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — The term «immovable property» shall have the meaning which it has under the law of the Contracting State in which the property in question is situated. The term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources; ships, boats and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3 — The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other from of immovable property.

4 — The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of independent personal services.

Article 7

Business profits

1 — The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the entreprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2 — Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3 — In determining the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purposes of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred, whether in the State in which the permanent establishment is situated or elsewhere.

4 — Insofar as it has been customary in a Contracting State to determine the profits to be attributed to a permanent establishment on the basis of an apportionment of the total profits of the enterprise to its various parts, nothing in paragraph 2 shall preclude that Contracting State from determining the profits to be taxed by such an apportionment as may be customary; the method of apportionment adopted shall, however, be such that the result shall be in accordance with the principles contained in this article.

5 — No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

6 — For the purposes of the preceding paragraphs, the profits to be attributed to the permanent establishment shall be determined by the same method year by year unless there is good and sufficient reason to the contrary.

7 — Where profits include items of income which are dealt with separately in other articles of this Convention, then the provisions of those articles shall not be affected by the provisions of this article.

Article 8

Shipping and air transport

1 — Profits from the operation of ships or aircraft in international traffic shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

2 — If the place of effective management of a shipping enterprise is aboard a ship, then it shall be deemed

to be situated in the Contracting State in which the home harbour of the ship is situated, or, if there is no such home harbour, in the Contracting State of which the operator of the ship is a resident.

3 — The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

Article 9

Associated enterprises

1 — Where:

a) An enterprise of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or

b) The same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State;

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

2 — Where a Contracting State includes in the profits of an enterprise of that State — and taxes accordingly — profits on which an enterprise of the other Contracting State has been charged to tax in that other State and the profits so included are profits which would have accrued to the enterprise of the first-mentioned State if the conditions made between the two enterprises had been those which would have been made between independent enterprises, then that other State shall make an appropriate adjustment to the amount of the tax charged therein on those profits. In determining such adjustment, due regard shall be had to the other provisions of this Convention and the competent authorities of the Contracting States shall if necessary consult each other.

Article 10

Dividends

1 — Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such dividends may also be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the dividends is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the dividends.

3 — The provisions of paragraph 2 shall not apply with respect to dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a company which is a resident of the other Contracting State with respect to which the provisions of the Directive on the common system of taxation applicable in the case of parent companies and subsidiaries of different Member States (90/435/EEC) as it may be changed from time to time, are applicable.

4 — The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of paragraphs 2 and 3.

5 — The provisions of paragraphs 2 and 3 shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

6 — The term «dividends» as used in this article means income from shares, «jouissance» shares or «jouissance» rights, mining shares, founders' shares or other rights, not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights which is subjected to the same taxation treatment as income from shares by the laws of the State of which the company making the distribution is a resident.

7 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

8 — Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the companys' undistributed profits to a tax on the companys' undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1 — Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such interest may also be taxed in the Contracting State in which it arises and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the interest is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the interest.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraph 2, interest arising in a Contracting State shall be exempt from tax in that State:

a) If the debtor of such interest is that State, a political or administrative subdivision or a local authorithy thereof, the central bank or institutions performing public services; or

b) If interest is paid to the other Contracting State, a political or administrative subdivision or a local authorithy thereof, the central bank or any other institution (including a financial institution) agreed upon between the component authorities of both Contracting States.

4 — The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of paragraphs 2 and 3.

5 — *a*) If an EC-Directive concerning the taxation of interest from private savings accounts enters into force, and if, according to this Directive, which may be changed from time to time, interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may also be taxed in the Contracting State in which the interest arises, then with respect to such interest the provisions of that Directive shall be applicable instead of the provisions of this article.

b) If an EC-Directive, which provides for a common tax treatment of interest and royalties paid between enterprises, enters into force and which may be changed from time to time, then with respect to such interest the provisions of that Directive shall be applicable instead of the provisions of this article.

6 — The term «interest» as used in this article means income from debt-claims of every kind, whether or not secured by mortage and whether or not carrying a right to participate in the debtors' profits, and in particular, income from government securities and income from bonds or debentures, including premiums and prizes attaching to such securities, bonds or debentures. Penalty charges for late payment shall not be regarded as interest for the purpose of this article.

7 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

8 — Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or a fixed base in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred, and such interest is borne by such permanent establishment of fixed base, then such interest shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment or fixed base is situated.

9 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the interest, having regard to the debt-claim for which it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount.

In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1 — Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — However, such royalties may also be taxed in the Contracting State in which they arise and according to the laws of that State, but if the beneficial owner of the royalties is a resident of the other Contracting State, the tax so charged shall not exceed 10 per cent of the gross amount of the royalties.

The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of this limitation.

3 — If an EC-Directive, which provides for a common tax treatment of interest and royalties paid between enterprises, enters into force and which may be changed from time to time, then with respect to such royalties the provisions of that Directive shall be applicable instead of the provisions of this article.

4 — The term «royalties» as used in this article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work including cinematograph films and films or tapes for radio or television broadcasting, any patent, trade mark, design or model, plan, secret formula or process, or for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

The term «royalties» also includes payments in consideration for technical assistance in connection with the use of, or the right to use, any copyright, goods or information as referred to under this paragraph.

5 — The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment of fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

6 — Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment or fixed base in connection with which the liability to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by that permanent establishment or fixed base, then such royalties shall be deemed to arise in the State in which the permanent establishment of fixed base is situated.

7 — Where, by reason of a special relationship between the payer and the beneficial owner or between both of them and some other person, the amount of the royalties, having regard to the use, right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the beneficial owner in the absence of such relationship, the provisions of this article shall apply only to the last-mentioned amount. In such case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the laws of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1 — Gains derived by a resident of a Contracting State from the alienation of immovable property referred to in article 6 and situated in the other Contracting State may be taxed in that other State.

2 — Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or with the whole enterprise) or for such fixed base, may be taxed in that other State.

3 — Gains from the alienation of ships or aircraft operated in international traffic or movable property pertaining to the operation of such ships or aircraft, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated. For the purposes of this paragraph the provisions of paragraph 2 of article 8 apply.

4 — Gains from the alienation of any property other than that referred to in paragraphs 1, 2 and 3 shall be taxable only in the Contracting State of which the alienator is a resident.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraph 4, a Contracting State may, in accordance with its own laws, including the interpretation of the term «alienation», levy tax on gains derived by an individual who is a resident of the other Contracting State from the alienation of shares in, «jouissance» rights or debt-claims on a company whose capital is divided into shares and which, under the laws of the first-mentioned Contracting State, is a resident of that State, and from the alienation of part of the rights attached to the said shares, «jouissance» shares or debt-claims, if that individual — either alone or with his or her spouse — or one of their relations by blood or marriage in the direct line directly or indirectly holds at least 5 per cent of the issued capital of a particular class of shares in that company. This provision shall apply only if the individual who derives the gains has been a resident of the first-mentioned State in the course of the last ten years preceding the year in which the gains are derived and provided that, at the time he became a resident of the other Contracting State, the above-mentioned conditions regarding share ownership in the said company were satisfied.

In cases where, under the domestic laws of the first-mentioned Contracting State, an assessment has been issued to the individual in respect of the alienation of the aforesaid shares deemed to have taken place at the time of his emigration from the first-mentioned Contracting State, the above shall apply only in so far as part of the assessment is still outstanding.

Article 14

Independent personal services

1 — Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other activities of an independent character shall be taxable only in that State except in the following circumstances, when such income may also be taxed in the other Contracting State:

a) If he has a fixed base regularly available to him in the other Contracting State for the purpose of performing his activities; in that case, only so much of the income as is attributable to that fixed base may be taxed in that other State; or

b) If his stay in the other Contracting State is for a period or periods exceeding in the aggregate 183 days in any twelve-month period commencing or ending in the fiscal year concerned; in that case, only so much of the income as is derived from his activities performed in the other State may be taxed in that other State.

The term «professional services» includes especially independent scientific, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1 — Subject to the provisions of articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised, such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

a) The recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in any twelve-month period commencing or ending in the fiscal year concerned, and

b) The remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and

c) The remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3 — Notwithstanding the preceding provisions of this article, remuneration derived in respect of an employment exercised aboard a ship or aircraft operated in international traffic may be taxed in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated.

Article 16

Directors' fees

Directors' fees and other payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or supervisory board (in Portugal, conselho de administração or conselho fiscal; in the Netherlands, bestuurder or commissaris) or of another similar organ of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that

other State, provided that remuneration paid by that company to a member of its organs in respect of the exercise of a continuous activity shall be taxable according to the provisions of article 15.

Article 17

Artistes and sportspersons

1 — Notwithstanding the provisions of articles 14 and 15, income derived by a resident of a Contracting State as an entertainer, such as a theatre, motion picture, radio or television artiste, or a musician, or as a sportsperson, from his personal activities as such exercised in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Where income in respect of personal activities exercised by an entertainer or a sportsperson in his capacity as such accrues not to the entertainer or sportsperson himself but to another person, that income may, notwithstanding the provisions of articles 7, 14 and 15, be taxed in the Contracting State in which the activities of the entertainer os sportsperson are exercised.

3 — Paragraphs 1 and 2 shall not apply to income derived by a resident of a Contracting State from activities exercised in the other Contracting State if the visit to that other State is supported wholly or mainly by public funds of the first-mentioned State, a political or administrative subdivision or a local authority thereof, or takes place under a cultural agreement or arrangement between the Governments of the Contracting States. In such a case, the income shall be taxable only in the Contracting State of which the entertainer or sportsperson is a resident.

Article 18

Pensions, annuities and social security payments

1 — Subject to the provisions of paragraph 2 of article 19, pensions and other similar remuneration paid to a resident of a Contracting State, in consideration of fast employment, as well as annuities paid to a resident of a Contracting State, shall be taxable only in that State. Any pension and other payment paid out under the provisions of a social security system of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall be taxable only in that other State.

2 — Notwithstanding the provisions of paragraph 1, a pension or other similar remuneration, annuity, or any pension and other payment paid out under the provisions of a social security system of a Contracting State, may also be taxed in the Contracting State from which it is derived, in accordance with the laws of that State:

a) If and in so far as the entitlement to this pension or other similar remuneration or annuity in the Contracting State from which it is derived is exempt from tax, or the contributions associated with the pension or other similar remuneration or annuity made to the pension scheme or insurance company were deducted in the past when calculating taxable income in that State or qualified for other tax relief in that State; and

b) If and in so far as this pension or other similar remuneration or annuity is in the Contracting State of which the recipient thereof is a resident not taxed at the generally applicable rate for income derived from dependent personal services, or less than 90 per cent of the gross amount of the pension or other similar remuneration or annuity is taxed; and

c) If the total gross amount of the pensions and other similar remuneration and annuities and any pension and other payment paid out under the provisions of a social security system of a Contracting State, in any calendar year exceeds the sum of 10 000 euro.

3 — Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2, if this pension or other similar remuneration is not periodic in nature, is paid in respect of past employment in the other Contracting State and is paid out before the date on which the pension commences, or if a lumpsum payment is made in lieu of the right to an annuity before the date on which the annuity commences, the payment or this lump-sum may also be taxed in the Contracting State from which it is derived.

4 — A pension or other similar remuneration or annuity is deemed to be derived from a Contracting State if and insofar as the contributions or payments associated with the pension or other similar remuneration or annuity, or the entitlements received from it qualified for tax relief in that State. The transfer of a pension from a pension fund or an insurance company in a Contracting State to a pension fund or an insurance company in another State will not restrict in any way the taxing rights of the first-mentioned State under this article.

5 — The competent authorities of the Contracting States shall by mutual agreement settle the mode of application of paragraph 2. They shall also decide what details the resident of a Contracting State must submit for the purpose of the proper application of the Convention in the other Contracting State, in particular so that it can be established whether the conditions referred in subparagraphs *a*), *b*) and *c*) of paragraph 2 have been met.

6 — The term «annuity» means a stated sum payable periodically at stated times during life or during a specified or ascertainable period of time under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money or money's worth.

7 — Whether and to what extent a pension or similar remuneration falls under this article or under article 19, is determined by the nature of the past employment, as private or governmental, during which the entitlement to that part of the pension or similar remuneration was built up.

Article 19

Government service

1 — *a*) Salaries, wages and other similar remuneration, other than a pension, paid by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such salaries, wages and other similar remuneration shall be taxable only in the other Contracting State if the services are rendered in that State and the individual is a resident of that State who:

i) Is a national of that State; or

ii) Did not become a resident of that State solely for the purpose of rendering the services.

2 — *a*) Any pension paid by, or out of funds created by, a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof to an individual in respect of services rendered to that State or subdivision or authority shall be taxable only in that State.

b) However, such pension shall be taxable only in the other Contracting State if the individual is a resident of, and a national of, that State.

3 — The provisions of articles 15, 16, 17 and 18 shall apply to salaries, wages and other similar remuneration, and to pensions, in respect of services rendered in connection with a business carried on by a Contracting State or a political or administrative subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Professors and teachers

1 — Payments which a professor or teacher who is a resident of a Contracting State and who is present in the other Contracting State for the purpose of teaching or scientific research for a maximum period of two years in a non-profit university, college or other establishment for teaching or scientific research in that other State, receives for such teaching or research, shall be taxable only in the first-mentioned State.

2 — This article shall not apply to income from research if such research is undertaken not in the public interest but primarily for the private benefit of a specific person or persons.

Article 21

Students

A person who is or was immediately before visiting a Contracting State a resident of the other Contracting State and who is temporarily present in the first-mentioned State solely:

a) A student at a university, college or school, or
b) As a commercial or technical apprentice for the purpose of training to be communicated by the competent authority of the Contracting State of which he is, or was, a resident, or
c) As a recipient of a grant, allowance or award for the primary purpose of study or research from a religious, charitable, scientific or educational organisation;

shall not be taxed in that other State in respect of remittances received for the purpose of his maintenance, education or training or in respect of a scholarship grant. The same apply to any amount representing remuneration for services rendered in that other State, provided that such services are in connection with his studies or training or are necessary for the purpose of his maintenance, and the amount of this remuneration does not exceed 5000 euro.

Article 22

Other income

1 — Items of income of a resident of a Contracting State, wherever arising, not dealt with in the foregoing articles of this Convention shall be taxable only in that State.

2 — The provisions of paragraph 1 shall not apply to income, other than income from immovable property as defined in paragraph 2 of article 6, if the recipient of such income, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the income is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of article 7 or article 14, as the case may be, shall apply.

CHAPTER IV

Taxation of capital

Article 23

Capital

1 — Capital represented by immovable property referred to in article 6, owned by a resident of a Contracting State and situated in the other Contracting State, may be taxed in that other State.

2 — Capital represented by movable property forming part of the business property of a permanent establisment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or by movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing independent personal services, may be taxed in that other State.

3 — Capital represented by ships and aircraft operated in international traffic and by movable property pertaining to the operation of such ships and aircraft, shall be taxable only in the Contracting State in which the place of effective management of the enterprise is situated. For the purposes of this paragraph the provisions of paragraph 2 of article 8 shall apply.

4 — All other elements of capital of a resident of a Contracting State shall be taxable only in that State.

CHAPTER V

Methods for elimination of double taxation

Article 24

Elimination of double taxation

1 — In the case of Portugal double taxation shall be eliminated as follows:

a) Where a resident of Portugal derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in the Netherlands, Portugal shall allow as a deduction from the tax on the income of that resident, an amount equal to the income tax paid in the Netherlands. Such deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is attributable to the income which may be taxed in the Netherlands;
b) Where in accordance with any provision of this Convention income derived by a resident of Portugal is exempt from tax in this State, Portugal may nevertheless, in calculating the amount of tax on the remaining income of such resident, take into account the exempted income.

2 — The Netherlands, when imposing tax on its residents, may include in the basis upon which such taxes

are imposed the items of income or capital which, according to the provisions of this Convention, may be taxed in Portugal.

3 — However, where a resident of the Netherlands derives items of income which according to article 6, article 7, paragraph 7 of article 10, paragraph 7 of article 11, paragraph 5 of article 12, paragraphs 1 and 2 of article 13, paragraph 1, subparagraph *a*), of article 14, paragraphs 1 and 3 of article 15, paragraph 2 of article 18, paragraphs 1, subparagraph *a*), and 2, subparagraph *a*), of article 19 and paragraph 2 of article 22 of this Convention may be taxed in Portugal and are included in the basis referred to in paragraph 2, the Netherlands shall exempt such items of income by allowing a reduction of its tax. This reduction shall be computed in conformity with the provisions of Netherlands law for the avoidance of double taxation. For that purpose the said items of income shall be deemed to be included in the total amount of the items of income which are exempt from Netherlands tax under those provisions.

4 — Further, the Netherlands shall allow a deduction from the Netherlands tax so computed for the items of income or capital which according to paragraph 2 of article 10, paragraph 2 of article 11, paragraph 2 of article 12, paragraph 5 of article 13, paragraph 1, subparagraph *b*), of article 14, article 16, article 17, paragraph 3 of article 18 and paragraphs 1 and 2 of article 23 of this Convention may be taxed in Portugal to the extent that these items are included in the basis referred to in paragraph 2. The amount of this deduction shall be equal to the tax paid in Portugal on these items of income or capital, but shall not exceed the amount of the reduction which would be allowed if the items of income or capital so included were the sole items of income or capital which are exempt from Netherlands tax under the provisions of Netherlands law for the avoidance of double taxation.

5 — Notwithstanding the provisions of paragraph 3, the Netherlands shall allow a deduction from the Netherlands tax for the tax paid in Portugal on items of income which according to article 7, paragraph 7 of article 10, paragraph 7 of article 11, paragraph 5 of article 12, article 14 and paragraph 2 of article 22 of this Convention may be taxed in Portugal to the extent that these items are included in the basis referred to in paragraph 1, if and insofar as the Netherlands under the provisions of Netherlands law for the avoidance of double taxation allows a deduction from the Netherlands tax of the tax levied in another country on such items of income. For the computation of this deduction the provisions of paragraph 4 of this article shall apply accordingly.

6 — Where a resident of Portugal receives a payment or lump sum which may be taxed in the Netherlands in accordance with paragraph 3 of article 18, the Netherlands shall allow a deduction from its tax on such payment or lump sum to an amount equal to the tax levied in Portugal on the said payment or lump sum.

CHAPTER VI

Special provisions

Article 25

Offshore activities

1 — The provisions of this article shall apply notwithstanding any other provisions of this Convention. However, this article shall not apply where offshore activities of a person constitute for that person a permanent establishment under the provisions of article 5 or a fixed base under the provisions of article 14.

2 — In this article the term «offshore activities» means activities which are carried on offshore in connection with the exploration or exploitation of the sea bed and its subsoil and their natural resources, situated in a Contracting State.

3 — An enterprise of a Contracting State which carries on offshore activities in the other Contracting State shall, subject to paragraph 4 of this article, be deemed to be carrying on, in respect of those activities, business in that other State through a permanent establishment situated therein, unless the offshore activities in question are carried on in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 30 days in any period of 12 months.

For the purposes of this paragraph:

a) Where an enterprise carrying on offshore activities in the other Contracting State is associated with another enterprise and that other enterprise continues, as part of the same project, the same offshore activities that are or were being carried on by the first-mentioned enterprise, and the afore-mentioned activities carried on by both enterprises — when added together — exceed a period of 30 days, then each enterprise shall be deemed to be carrying on its activities for a period exceeding 30 days in a twelve-month period;

b) An enterprise shall be regarded as associated with another enterprise if one holds directly or indirectly at least one third of the capital of the other enterprise or if a person holds directly or indirectly at least one third of the capital of both enterprises.

4 — However, for the purposes of paragraph 3 of this article the term «offshore activities» shall be deemed not to include:

a) One or any combination of the activities mentioned in paragraph 4 of article 5;

b) Towing or anchor handling by ships primarily designed for that purpose and any other activities performed by such ships;

c) The transport of supplies or personnel by ships or aircraft in international traffic.

5 — A resident of a Contracting State who carries on offshore activities in the other Contracting State, which consist of professional services or other activities of an independent character, shall be deemed to be performing those activities from a fixed base in the other Contracting State if the offshore activities in question last for a continuous period of 30 days or more.

6 — Salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment connected with offshore activities carried on through a permanent establishment in other Contracting State may, to the extent that the employment is exercised offshore in that other State, be taxed in that other State.

7 — Where documentary evidence is produced that tax has been paid in Portugal on the items of income which may be taxed in Portugal according to article 7

and article 14 in connection with respectively paragraph 3 and paragraph 5 of this article, and to paragraph 6 of this article, the Netherlands shall allow a reduction of its tax which shall be computed in conformity with the rules laid down in paragraph 3 of article 24.

Article 26

Non-discrimination

1 — Nationals of a Contracting State shall not be subjected in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith, which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances, in particular with respect to residence, are or may be subjected. This provision shall, notwithstanding the provisions of article 1, also apply to persons who are not residents of one or both of the Contracting States.

2 — The taxation on a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that another State than the taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities. This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purposes on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3 — Except where the provisions of paragraph 1 of article 9, paragraph 9 of article 11, or paragraph 7 of article 12, apply, interest, royalties and other disbursements paid by an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable profits of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been paid to a resident of the first-mentioned State. Similarly, any debts of an enterprise of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall, for the purpose of determining the taxable capital of such enterprise, be deductible under the same conditions as if they had been contracted to a resident of the first-mentioned State.

4 — Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State are or may be subjected.

5 — As soon as within the EC a common regulation for the tax treatment of contributions paid for a recognised pension plan, including a pension plan created under a public social security system, has been agreed upon, such regulation will also apply with respect to contributions paid by or on behalf of individuals who are residents of a Contracting State to a pension plan that is recognised for tax purposes in the other Contracting State.

6 — The provisions of this article shall, notwithstanding the provisions of article 2, apply to taxes of every kind and description.

Article 27

Mutual agreement procedure

1 — Where a person considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with the provisions of this Convention, he may, irrespective of the remedies provided by the domestic law of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident or, if his case comes under paragraph 1 of article 26, to that of the Contracting State of which he is a national. The case must be presented within three years from the first notification of the action resulting in taxation not in accordance with the provisions of the Convention.

2 — The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at a satisfactory solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation which is not in accordance with the Convention. Any agreement reached shall be implemented by the competent authorities notwithstanding any time limits in the domestic law of the Contracting States.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention. They may also consult together for the elimination of double taxation in cases not provided for in the Convention.

4 — The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly, including through a joint commission consisting of themselves or their representatives, for the purpose of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 28

Exchange of information

The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for carrying out the provisions of this Convention or of the domestic laws of the Contracting States concerning taxes covered by the Convention insofar as the taxation thereunder is not contrary to the Convention. The exchange of information is not restricted by article 1. Any information received by a Contracting State shall be treated as secret in the same manner as information obtained under the domestic laws of that State and shall be disclosed only to persons or authorities (including courts and administrative bodies) concerned with the assessment or collection of, the enforcement or prosecution in respect of, or the determination of appeals in relation to, the taxes covered by the Convention. Such persons or authorities shall use the information only for such purposes. They may disclose the information in public court proceedings or in judicial decisions.

Article 29

Assistance in recovery

1 — The Contracting States agree to provide mutual assistance and support for recovering, in accordance to the respective provisions and rules of their legislations or regulations, the taxes covered by this Convention,

when these amounts are definitely due under the laws and regulations of the Contracting States seeking the assistance for such recovery.

2 — At the request of the applicant State, the requested State shall, with a view to the recovery of an amount of tax, take measures of conservancy even if the claim is contested or is not yet the subject of an instrument permitting enforcement, in so far as such is permitted by the laws and administrative practice of the requested State.

3 — The competent authorities of the Contracting States shall consult each other to decide the mode of application of this article in case they consider the rendering of assistance in recovery of taxes feasible.

Article 30

Limitation of articles 28 and 29

In no case shall the provisions of articles 28 and 29 be construed so as to impose on a Contracting State the obligation:

a) To carry out administrative measures at variance with the laws and administrative practice of that or of the other Contracting State;

b) To supply information which is not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;

c) To supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial, or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy (ordre public).

Article 31

Members of diplomatic missions and consular posts

1 — Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of members of diplomatic missions or consular posts under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

2 — For the purposes of the Convention an individual, who is a member of a diplomatic mission or consular post of a Contracting State in the other Contracting State or in a third State and who is a national of the sending State, shall be deemed to be a resident of the sending State if he is submitted therein to the same obligations in respect of taxes on income and on capital as are residents of that State.

3 — The Convention shall not apply to international organisations, organs and officials thereof and members of a diplomatic mission or consular post of a third State, being present in a Contracting State, if they are not subjected therein to the same obligations in respect of taxes on income or on capital as are residents of that State.

Article 32

Territorial extension

1 — This Convention may be extended, either in its entirety or with any necessary modifications, to either or both of the countries of the Netherlands Antilles and Aruba, if the country concerned imposes taxes substantially similar in character to those to which the Convention applies. Any such extension shall take effect from such date and subject to such modifications and conditions, including conditions as to termination, as may be specified and agreed between the Kingdom of the Netherlands and the Portuguese Republic in accordance with their respective internal legal procedures.

2 — Unless otherwise agreed, the termination of the Convention shall not also terminate any extension of the Convention to any country to which it has been extended under this article.

CHAPTER VII

Final provisions

Article 33

Entry into force

1 — This Convention shall enter into force on the thirtieth day after the date on which diplomatic notes indicating the completion of internal legal procedures necessary in each Contracting State for the entry into force of this Convention have been exchanged.

2 — This Convention shall apply:

a) In Portugal:

i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the year next following the year in which this Convention enters into force;

ii) In respect of other taxes, as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January of the year next following the year in which this Convention enters into force;

b) In the Netherlands:

i) In respect of taxes withheld at source, on income derived on or after the first day of January in the calendar year next following the year in which this Convention enters into force;

ii) In respect of other taxes, to taxes chargeable for any taxable year or period begining on or after the first day of January in the calendar year next following the year in which this Convention enters into force.

Article 34

Termination

This Convention shall remain in force until terminated by a Contracting State. Either Contracting State may terminate the Convention, through diplomatic channel, by giving a notice specifying the year of termination at least six months before 31st December of the year so specified in the said notice. A notice may only be given after the expiration of a period of five years from the date on which the Convention enters into force. In such event, the Convention shall cease to have effect:

a) In Portugal:

i) In respect of taxes withheld at source, the fact giving rise to them appearing on or after the first day of January of the

year next following that specified in the said notice of termination;

ii) In respect of other taxes, as to income arising in the fiscal year beginning on or after the first day of January of the year next following that specified in the said notice of termination;

b) In the Netherlands:

i) In respect of taxes withheld at source, on income derived on or after the first day of January of the year next following that specified in the said notice of termination;

ii) In respect of other taxes, to taxes chargeable for any taxable year or period begining on or after the first day of January of the year next following that specified in the said notice of termination.

In witness whereof the undersigned, duly authorised thereto, have signed this Convention.

Done at Oporto this 20th day of September 1999, in duplicate, in the Portuguese, Netherlands and English languages, the three texts being equally authentic. In case there is any divergence of interpretation between the Portuguese and the Netherlands texts, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Kingdom of the Netherlands:

Protocol

At the moment of signing the Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income and on capital, this day concluded between the Portuguese Republic and the Kingdom of the Netherlands, the undersigned have agreed that the following provisions shall form an integral part of the Convention.

I — Ad article 2

1 — It is understood that the term taxes on the total amount of wages or salaries does not include social security premiums.

2 — It is understood that this Convention shall also apply to any tax that for the purpose of an EC-directive, — regulation or — convention is considered to be a tax on income, on elements of income, on capital or elements of capital.

3 — Shall Portugal introduce a tax similar to the Netherlands tax on capital, the competent Portuguese authority shall inform by diplomatic channel the competent Netherlands authority in order that they may consult each other to reach an agreement on, if and in what whay the Convention is to be extended to such tax.

II — Ad article 4

1 — An individual living aboard a ship without any real domicile in either of the Contracting States shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which the ship has its home harbour.

2 — A pension fund recognised as such in a Contracting State and of which the income is generally exempt from tax in that State, shall be regarded as a resident of that State. As a recognised pension fund of a Contracting State shall be considered any pension fund recognised and controlled according to statutory provisions of that State.

3 — Residents of a Contracting State which benefit from a favourable tax treatment shall not be entitled to the benefits of chapter III of this Convention in so far as domestic transactions comparable to the transactions to which this favourable tax treatment is applicable are excluded from this favourable tax treatment (ring fenced).

4 — Residents of a Contracting State which benefit from tax measures which are harmful within the meaning of the EC-Code of conduct for business taxation, as agreed by the ECOFIN-meeting of December 1, 1997, shall not be entitled to the benefits of chapter III of this Convention.

5 — However, tax measures referred to in paragraphs 3 and 4 above shall not be considered harmfull if they are accepted and to the extent they are authorised by the European Community as an appropriate support for the economic development of a particular area and do not undermine the integrity and coherence of the Community legal order, including the internal market and common policies.

III — Ad articles 5, 6, 13 and 23

It is understood that exploration and exploitation rights of natural resources shall be regarded as immovable property situated in the Contracting State the seabed and subsoil of which they are related to, and that these rights shall be deemed to pertain to the property of a permanent establishment in that State. Furthermore, it is understood that the aforementioned rights include rights to interests in, or to the benefits of, assets to be produced by such exploration or exploitation.

IV — Ad article 6

The provisions of article 6 shall also apply to income from movable property, or income derived from services connected with the use or the right to use the immovable property, either of which, under the taxation law of the Contracting State in which the property in question is situated, is assimilated to income from immovable property.

V — Ad article 7

According to article 7, only those profits may be attributed to a building site, a construction or assembly project or the furnishing of services, as meant in subparagraph *b*) of paragraph 3 of article 5, which constitutes a permanent establishment, as are resulting from the actual building or assembly activities or the aforementioned furnishing of services. Consequently, where in connection whith these activities or services or independently thereof, machinery or equipment is supplied by the head-office or another permanent establishment of the enter-

prise or by third persons, then the value of such supply shall not be attributed to the profits of the building site, construction or assembly project or the furnishing of services.

VI — Ad articles 7, 12 and 14

Subject to paragraph 4 of article 12, payments received as a consideration for technical services, including studies or surveys of a scientific, geological or technical nature, or for consultancy or supervisory services shall be deemed to be payments to which the provisions of article 7 ou article 14 apply.

VII — Ad article 8

For the purposes of article 8, profits derived from the operation in international traffic of ships and aircraft include profits derived from the rental on a bareboat basis of ships and aircraft if operated in international traffic if such rental profits are incidental to the profits described in paragraph 1 of article 8.

VIII — Ad articles 8, 13 and 23

It is understood, where companies that are resident of either one of the Contracting States or of a third State have agreed to carry on an air transportation business together in the form of a consortium, the provisions of article 8, paragraph 3 of article 13 and paragraph 3 of article 23 shall apply to such part of the profits of the consortium from the operation of aircraft in international traffic and of the capital of such consortium as corresponds to the participation held in that consortium by a company that is a resident of a Contracting State.

IX — Ad article 9

In respect of paragraph 1 of article 9, it is understood that the fact that associated enterprises have concluded arrangements, such as costsharing arrangements or general services agreements, for or based on the allocation of executive, general administrative, technical and commercial expenses, research and development expenses and other similar expenses, is not in itself a condition as meant in that paragraph.

X — Ad articles 9 and 26

It is understood that the provisions of the Convention shall not be interpreted so as to prevent the application by a Contracting State of the thin capitalization provided for in its domestic law, except in those cases in which the associated enterprises can show that due to the special characteristics of their activities or their specific economic circumstances, the conditions made or imposed between those enterprises are in conformity with the arm's length principle.

XI — Ad article 10

The term «dividends» shall understood to include any income from rights to participate in the profits of an enterprise of a Contracting State, as far as these rights do not result from a shareholding or from dependent or independent personal services.

XII — Ad articles 10, 11 and 12

Where tax has been levied at source in excess of the amount of tax chargeable under the provisions of articles 10, 11 and 12, applications for the refund of the excess amount of tax have to be lodged with the competent authority of the State having levied the tax, within a period of three years after the expiration of the calendar year in which the tax has been levied.

XIII — Ad articles 10 and 13

It is understood that income received in connection with the (partial) liquidation of a company or a purchase of own shares by a company is treated in the Netherlands as income from shares and not as capital gains.

XIV — Ad article 12

Royalties received in consideration for the use of, or the right to use, containers in international traffic shall be taxable only in the Contracting State of which the beneficial owner is a resident.

XV — Ad article 16

It is understood that conselho de administração or conselho fiscal of a Portuguese company and bestuurder or commissaris of a Netherlands company means persons who are nominated as such by the general meeting of shareholders or by any other competent body of such company and are charged with the general management of the company and the supervision thereof, respectively.

XVI — Ad article 18

With respect to subparagraph *b*) of paragraph 2 of article 18, it is understood that the generally applicable tax allowance that may be deducted from the tax base in Portugal on a pension or other similar remuneration or annuity, is not by itself a circumstance to conclude that a pension or other similar remuneration or annuity is not taxed at the generally applicable rate for income from dependent personal services, or that less than 90 per cent of the gross amount of the pension or other similar remuneration or annuity is taxed.

XVII — Ad article 24

It is understood that for the computation of the reduction mentioned in paragraph 3 of article 24, the items of capital referred to in paragraph 1 of article 23 shall be taken into account for the value thereof reduced by the value of the debts secured by mortgage on that capital and the items of capital referred to in paragraph 2 of article 23 shall be taken into account for the value thereof reduced by the value of the debts pertaining to the permanent establishment or fixed base.

In witness whereof, the undersigned, duly authorised thereto, have signed this Protocol.

Done at Oporto this 20th day of September 1999, in duplicate, in the Portuguese, Netherlands and English languages, the three texts being equally authentic. In case there is any divergence of interpretation between the Portuguese and Netherlands texts, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:

For the Kingdom of the Netherlands:

Resolução da Assembleia da República n.º 63/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal e respectivo Protocolo, assinados na Praia em 22 de Março de 1999.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea *i*) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal e respectivo Protocolo, assinados na Praia em 22 de Março de 1999, cuja versão autêntica em língua portuguesa segue em anexo.

Aprovada em 27 de Abril de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos.*

CONVENÇÃO ENTRE A REPÚBLICA DE CABO VERDE E A REPÚBLICA PORTUGUESA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL.

A República de Cabo Verde e a República Portuguesa, desejando fomentar as suas relações económicas e culturais pela eliminação da dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e desenvolver a cooperação na área da fiscalidade, acordaram nas disposições seguintes:

CAPÍTULO I

Âmbito de aplicação da Convenção

Artigo 1.º

Pessoas visadas

Esta Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2.º

Impostos visados

1 — Esta Convenção aplica-se aos impostos sobre o rendimento exigidos por um dos Estados Contratantes, suas subdivisões políticas ou administrativas e suas autarquias locais, seja qual for o sistema usado para a sua percepção.

2 — São considerados impostos sobre o rendimento os impostos incidentes sobre o rendimento total ou sobre parcelas do rendimento, incluídos os impostos sobre os ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, bem como os impostos sobre as mais-valias.

3 — Os impostos actuais que constituem objecto desta Convenção são:

a) Relativamente a Portugal:

1.º O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
2.º O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC);
3.º A derrama;

(a seguir referidos pela designação «imposto português»);

b) Relativamente a Cabo Verde:

1.º O imposto único sobre os rendimentos (IUR);
2.º A taxa de incêndio;
3.º O imposto único sobre o património, no que diz respeito aos ganhos derivados da alienação de bens mobiliários ou imobiliários, bem como das mais-valias;

(a seguir referidos pela designação «imposto cabo-verdiano»).

4 — A Convenção será também aplicável aos impostos de natureza idêntica ou similar que entrem em vigor posteriormente à data da assinatura da Convenção e que venham a acrescer aos actuais ou a substituí-los. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicarão uma à outra as modificações importantes introduzidas nas respectivas legislações fiscais.

CAPÍTULO II

Definições

Artigo 3.º

Definições gerais

1 — Para efeitos desta Convenção, a não ser que o contexto exija interpretação diferente:

a) As expressões «um Estado Contratante» e «o outro Estado Contratante» significam a República Portuguesa ou a República de Cabo Verde, consoante resulte do contexto;

b) O termo «Portugal» compreende o território da República Portuguesa situado no continente europeu, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação portuguesa e o direito internacional, a República Portuguesa tem direitos soberanos relativamente à pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;

c) O termo «Cabo Verde» compreende o território da República de Cabo Verde situado na costa ocidental africana, o respectivo mar territorial e, bem assim, as outras zonas onde, em conformidade com a legislação cabo-verdiana e o direito internacional, a República de Cabo Verde tem direitos soberanos relativamente à pesquisa e exploração dos recursos naturais do leito do mar, do seu subsolo e das águas sobrejacentes;